

**Universidade Federal de Viçosa
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Geografia**

**TERRITÓRIOS NOTURNOS DE VIDAS “IMPURAS”:
Prostituição e Territorialidade Travesti em Governador Valadares –
MG**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências para a conclusão do curso de Bacharelado em Geografia

Bacharelanda: Roberta de Melo Figueiredo

Orientador: Ulysses da Cunha Baggio

**VIÇOSA
NOVEMBRO – 2009**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Bacharelado em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa – UFV.

Banca examinadora:

Professor Ulysses da Cunha Baggio (orientador) - DGE

Professor Leonardo Civale – DGE

Adriano Carlos de Almeida - COLUNI

Para os meus pais, Jesuíta e Divino.

RESUMO

TERRITÓRIOS NOTURNOS DE VIDAS “IMPURAS”: Prostituição e Territorialidade Travesti em Governador Valadares – MG

O presente trabalho tem como objetivo investigar como se constitui o território de prostituição travesti localizado no bairro Vila Bretas, cidade de Governador Valadares, Minas Gerais, buscando apreender a maneira como se configura a territorialidade desse grupo, a qual decorre do uso e apropriação, por parte do mesmo, do espaço correspondente às imediações da Empresa de Transportes Coletivos Valadarense. Procuramos, em nosso texto, trabalhar a territorialidade das travestis destacando como a atuação de agentes externos ao seu território é responsável pelo delineamento de um conjunto de práticas e comportamentos por meio dos quais as travestis resistem e defendem seus interesses, fazendo-os valer no espaço. Buscamos mostrar, também, como a territorialidade se relaciona com a apropriação simbólica e afetiva do espaço por parte das travestis, evidenciando os sentidos e significados atribuídos pelas mesmas ao seu lugar de vivência cotidiana. Assim, o território é visto pelas travestis não apenas como um lugar de geração de renda e garantia de sobrevivência, mas também como um espaço gerador de outras formas de sociabilidade, onde elas namoram, fazem amizades, se divertem e aprendem a ser travestis. Ao território são atribuídas, ainda, conotações negativas, sendo visto, da mesma maneira que a atividade da prostituição, como um espaço “perigoso”, “traíçoeiro” e “violento”, com o qual se envolveram devido à falta de opção, preconceito e discriminação da sociedade.

Agradecimentos

Aos meus pais, Jesuíta e Divino, guerreiros incansáveis que fizeram das “tripas o coração”, como minha mãe adora dizer, para conseguir estudar os seus três filhos.

Aos meus irmãos. O mais novo, Rômulo, lindo e inteligente, agradeço todo o amor e a confiança em mim depositada. O mais velho, Roberto, também inteligente, sensível e ao mesmo tempo muito forte, agradeço por todo o apoio nesses nossos muitos anos de caminhada juntos. Os abraços, as brigas, os choros, as dificuldades, tudo isso tornou nossa vitória mais prazerosa, não é, Beto?

Ao meu namorado Wagner, agradeço a compreensão, a companhia e o carinho desses últimos meses.

Às minhas amigas antigas, Ana Maria e Natalice, agradeço as noitadas, mas também o companheirismo, a generosidade e o afeto.

À Lucília, minha amiga mais recente, agradeço o apoio, a bondade e a paciência, enfim, a amizade desse último ano.

Ao Gordinho agradeço a amizade, a sinceridade, as risadas, as discussões acaloradas...

Ao Adriano, agradeço por me abrir as portas do grupo de pesquisa Identidade e Cultura e pelas brilhantes contribuições para esse trabalho. Agradeço também a amizade e o carinho desses últimos cinco anos.

Aos meninos do 1622, especialmente Edílson, Paulo Henrique, Denílson e Tiago, agradeço o carinho, as gargalhadas e a amizade.

Ao meu orientador e amigo professor Ulysses Baggio, agradeço a compreensão, o apoio e as orientações que facilitaram muito o caminho percorrido por mim na realização desse trabalho.

Agradeço ao Júnior pela disposição e companhia nas minhas idas à campo.

À minha antigüíssima amiga Luciene Munhem, fotógrafa oficial dessa monografia. À você, amiga, agradeço a preocupação e o companheirismo desses quase quinze anos.

Às travestis Vanda, Gabriela, hoje Gabriel, Janete, Akira, Loneida, Ludmila Thalia, Flor, Rebeca, Mirela, Isabelle e Rubi; às bichas-boys Dona Roma e Gabrielle Savassi Castelmari; à transexual Débora. À todas agradeço as gargalhadas, o acolhimento e a boa vontade demonstrada durante as entrevistas.

Aos professores do Departamento de Geografia, agradeço por me ajudarem e enxergar de forma mais clara e mais crítica o mundo.

Por fim, agradeço aos meus amigos da GEO 2004, especialmente Joécio, Lucas e Alinão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	8
METODOLOGIA-----	10
CAPÍTULO 1: Apontamentos sobre os conceitos de território e territorialidade e o problema da representação-----	12
1.1 - Sobre o conceito de território-----	12
1.2 – Sobre o conceito de territorialidade-----	15
1.3 – Problematizando a representação-----	19
CAPÍTULO 2: Prostituição e travestis: Interfaces com o território-----	23
2.1 – Sobre Prostituição-----	23
2.2 – Sobre travestis-----	26
2.3 – Território e prostituição-----	30
CAPÍTULO 3: O drama travesti ao rés do chão-----	35
3.1 – Relatos, usos e temporalidades-----	35
3.2 – As travestis e sua territorialidade-----	43
3.2.1 – Travestis <i>versus</i> bichas-boys-----	44
3.2.2 – Travestis <i>versus</i> garotas de programa-----	50
3.2.3 – Travestis <i>versus</i> travestis “de fora”-----	54
CAPÍTULO 4: Delineamentos acerca da territorialidade travesti em Governador Valadares-----	58
4.1 – Sobre a relação entre territorialidade, uso e apropriação do espaço-----	58
4.2 – Os sentidos e significados do território-----	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	70

INTRODUÇÃO

A prostituição tem se constituído tema de pesquisa de várias áreas do conhecimento, como Sociologia, Antropologia, Psicologia, História e Geografia. No âmbito dessa última, encontramos diversos estudos que versam sobre a dimensão territorial de tal atividade, concebendo-a, ainda, como importante elemento da organização do espaço onde se inscreve. É nesse contexto de interesse pelo estudo da prostituição, sob um viés geográfico, que se insere a presente pesquisa, a qual objetivou investigar a constituição de território de prostituição travesti em espaço público e sua correspondente territorialidade, o que nos coloca diante das formas de apropriação bem como dos sentidos e significados deste espaço, tomando-se como estudo de caso a situação verificada na cidade de Governador Valadares, localizada na porção leste do Estado de Minas Gerais.

É em Governador Valadares, especificamente no bairro Vila Bretas que se localiza aquele que é considerado o mais notório e antigo espaço público de prostituição travesti da cidade, aqui trabalhado dentro de uma perspectiva que se interessa não apenas pelos seus aspectos concretos, relacionados às relações de poder estabelecidas no interior do próprio grupo de travestis e entre essas e agentes externos ao seu território. Além dos diversos usos e temporalidades que marcam o espaço onde se inscreve a atividade prostitutiva, buscamos, nesse trabalho, explorar as relações simbólicas e afetivas das travestis¹ em relação ao seu lugar de vida, o qual representa muito mais do que a possibilidade de geração de renda, mas também um espaço voltado para amizade, namoro, diversão, troca de informações e de observações sobre como construir o próprio corpo.

¹ Da mesma forma que Ferreira (2003) e Pelúcio (2007), optamos por conferir à palavra travesti o gênero feminino, utilizando, dessa maneira, o artigo “a”. Isso porque, assim como as observações em campo dos autores acima, o trabalho empírico mostrou ser essa a forma dessas profissionais se tratarem entre si; evidenciou que “[...] Entre si, os artigos, pronomes e substantivos para se auto-referirem, ou para tratarem aquelas que lhes são próximas, estão sempre no feminino” (PELUCIO, 2007, p. 18).

Como apontado acima, a constituição de territórios da prostituição não se configura em algo novo no âmbito dos estudos geográficos, sobretudo no que se refere à forma como os mesmos se organizam, os conteúdos e os usos diversos dos espaços onde tal atividade se desenvolve, com suas temporalidades próprias. Ressaltamos, contudo, que a abordagem do território-objeto dessa pesquisa justifica-se na medida em que implica no conhecimento de uma realidade sócio-espacial específica, não contemplada em estudos acerca da organização do espaço da cidade em questão.

Além disso, com tal estudo tem-se a oportunidade de dar visibilidade a um grupo social historicamente marginalizado, ao mesmo tempo em que possibilita a criação de um espaço de interação e diálogo propício à reflexão acerca das condições de preconceito e discriminação vivenciadas por pessoas que tem no comércio do sexo a sua fonte de renda. Destacamos, ainda, que a elaboração de um trabalho de tal natureza buscou atender à curiosidade da pesquisadora acerca dos modos de vida da população-alvo dessa pesquisa, curiosidade alimentada pela presença, de certo modo imposta, desse grupo social à sua observação, possível devido à proximidade entre o bairro de residência de sua família e o referido território.

Por fim, observamos que este estudo encontra-se dividido em quatro capítulos. No primeiro, elaboramos uma discussão acerca dos conceitos de território, territorialidade e representação, mostrando a forma como os mesmos se inter-relacionam. No segundo, a partir de textos de alguns autores, apresentamos alguns elementos que nos permitem pensar o travestismo, a prostituição e suas interfaces com o território. No terceiro e quarto capítulos, trazemos para a discussão o território-objeto de nosso trabalho, destacando, além da multiplicidade de usos associados às temporalidades do dia e da noite, a forma como a territorialidade travesti se estabelece, bem como os sentidos e significados atribuídos pelo grupo seu espaço de vivência.

METODOLOGIA

No intuito de atingir os objetivos propostos nesse trabalho, procedemos à coleta de dados através de pesquisa de campo, a qual foi organizada em duas etapas. A primeira teve início com a identificação e delimitação do território de prostituição travesti em questão. Nessa fase, foram percorridas as suas imediações, tanto de dia quanto de noite, com vistas à realização de trabalho fotográfico de situações de interesse, bem como ao registro de dados referentes às formas de uso e apropriação do lugar.

O segundo momento do trabalho de campo foi marcado por nossas incursões ao território estudado. Nessa etapa, procedemos ao levantamento de dados por meio de observação de campo e da realização de entrevistas semi-estruturadas, as quais permitiram captar mais profundamente a experiência das travestis territorializadas no bairro Vila Bretas, a forma como se dá o controle de seu espaço, bem como os sentidos e significados atribuídos ao mesmo e suas concepções acerca do trabalho que realizam. Além das idas ao território, o trabalho de campo contou, ainda, com as visitas à casa da cafetina Vanda, onde, além da realização de entrevistas e conversas informais, tivemos a oportunidade de acompanhar um pouco da vida das travestis fora da rua.

Quanto às entrevistas, foram realizadas um total de 14. Dessas, 1 foi concedida por uma transexual, 11 por travestis e 2 por bichas-boys, as quais, como se verá adiante, são tidas pelas travestis respondentes como pertencentes a uma categoria distinta da sua, apesar de igualmente se vestirem com roupas femininas e se prostituírem. Além das entrevistas com essas profissionais do sexo, foram empreendidas conversas informais com moradores das imediações do território, com o intuito de levantar, mesmo que de maneira exploratória, as suas visões acerca das travestis e da prostituição.

Coletados os dados, partimos para a sua organização e análise, as quais se deram de acordo com os dois momentos da pesquisa de campo apresentados acima. Quanto às informações colhidas na primeira etapa, estas foram ordenadas de forma a estabelecer

uma descrição detalhada de como se organiza o espaço onde se insere o território da prostituição, bem como os demais usos e temporalidades a ele ligados.

Com relação aos dados compostos pelas entrevistas, o trabalho de organização buscou identificar padrões nas repostas obtidas junto ao grupo pesquisado. É importante destacar que todo o trabalho de manipulação e análise dos dados coletados, bem como a disposição dos mesmos na forma de um texto estruturado, foi feito à luz das leituras realizadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

CAPÍTULO 1: Apontamentos sobre os conceitos de território e territorialidade e o problema da representação

1.1 - Sobre o conceito de território

O conceito de território, objeto de interesse da ciência geográfica desde a sua institucionalização, tem sido alvo de intensos debates no âmbito das ciências humanas, balizados, sobretudo, por questões ligadas ao atual período de globalização e suas conseqüências sobre as fronteiras do Estado-nação. Muitos geógrafos têm contribuído, sobremaneira, para o avanço desse debate, apontando, entretanto, para outras direções; tem-se observado o investimento sistemático na problematização epistemológica desse conceito, vinculando-o às discussões que abarcam aspectos culturais de coletividades, não se restringindo, contudo, à escala do Estado nacional.

O caráter polissêmico do conceito de território foi apontado por Haesbaert (1997, p. 39-40), o qual demonstrou serem três os empregos recorrentes do conceito: o território político-jurídico, representado, mormente, pelo Estado-nação; o território econômico, relacionado a fontes de recursos, fruto do embate entre “classes sociais e da relação capital-trabalho”; e, por fim, o território cultural, tomado enquanto produto da apropriação simbólica e/ou da identificação no/com o espaço.

Souza (1995), em uma crítica ao reducionismo implicado na associação mecânica e naturalizada entre território e espaço gerido pelo Estado e ocupado por uma nação, apresenta uma concepção mais profícua do termo. O autor conceitua território como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, não propriamente o espaço concreto em si, sendo esse o substrato material onde se projetariam as relações sociais. O território seria, dessa maneira, um instrumento de poder, suscitando questões como “quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como” (SOUZA, 1995, p. 78-79).

Para Souza, o território “(...) não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala (do Estado-nação) ou à associação com a figura do Estado” (1995, p. 81). Ao defini-lo

como produto de relações de poder, o autor mostra a riqueza de situações a que o conceito em questão pode fazer referência. Assim,

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p.ex., uma rua) à internacional (p.ex. a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 1995, p. 81).

Haesbaert (1997), corroborando Souza (1995), concebe o território como espaço dominado e controlado politicamente, a partir de relações de poder. Entretanto, a essa dimensão mais concreta o autor acrescenta outra simbólica e afetiva. O território seria, dessa maneira, um espaço apropriado tanto material quanto imaterialmente, dotado de significado e sentido, sendo que as representações enquanto imagens do espaço configuram também instrumentos de poder, servindo de guia de ação na instalação e/ou manutenção de territórios. Nesse sentido, Haesbaert (2002, p. 121) afirma ser o território “ [...] *produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados.*”

O território seria, dessa maneira, o espaço social apropriado, concreto, mediante o qual a vida humana se torna possível; contudo, é também um dado simbólico, resultante da apropriação simbólica do espaço de vivência de um grupo, o qual se identifica com esse espaço, dotando-o de sentido e estabelecendo com o mesmo laços de identidade e afeto. Nesse ponto, cumpre tecer algumas observações acerca do conceito de apropriação, utilizando como aporte as reflexões de Haesbaert (1997) sobre os conceitos de apropriação e dominação de Henry Lefebvre.

De acordo com Haesbaert, Lefebvre estabelece uma distinção entre espaços dominados e espaços apropriados, sendo ambos conceitos inseparáveis, cada qual adquirindo sentido quando contraposto em relação ao outro. Para o filósofo, espaços dominados são aqueles transformados a partir das práticas sociais e da técnica, de controle político estruturado; já os espaços apropriados envolvem, além do domínio do/ no espaço, a identificação de indivíduos e grupos e a configuração de leituras

simbólicas do espaço. Haesbaert ressalta que, para Lefebvre, a dominação do espaço desarticulada de sua apropriação “[...] tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou relação de identidade com o espaço possa ter lugar” (1997: 41).

Baggio, em seu estudo acerca das formas de uso e apropriação do espaço metropolitano se debruça sobre as formas de sociabilidade observadas no bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte, caracterizado como um “[...] local de vida boêmia e carnavalesca, como um espaço de preservação de relações estreitas de vizinhança, e como um lugar de artistas, estudantes e intelectuais” (2006, p. 166). Trata-se, segundo o autor, de um espaço vivido e não simplesmente um espaço visto (2006, p. 167), um espaço cuja apropriação se dá pelo uso enquanto um conjunto de práticas sócio-espaciais, relações entre habitantes e destes com o lugar, que representam uma territorialidade específica, responsável pela característica de diferenciação do bairro no contexto mais amplo da metrópole belo-horizontina. No caso específico de Santa Tereza, para Baggio, a apropriação do espaço:

Implica no seu uso habitual, pelo qual o espaço, na sua expressão local, se insere num circuito relacional mais imediato e próximo do usuário, tornando-se uma espécie de extensão do seu espaço residencial mais particular, que é a casa. [...]. Nesse sentido, a fixidez do habitat do usuário associada ao uso cotidiano do bairro faz com que ele, gradativamente, se insira numa esfera privada, em virtude dos investimentos regulares que o cidadão realiza no seu ambiente, capturando-o e introduzindo-o no seu universo existencial, estabelecendo com ele, ou ao menos com parcelas dele (ruas, praças, calçadas, botequins, feiras, mercados, etc) uma relação de aproximação e envolvimento. (2006, p. 183-184).

Baggio adverte, todavia, que a relação entre o cidadão e o lugar apresenta matizes em termos da intensidade,

[...] haja vista a enorme diversidade que matiza os lugares e formas urbanas da grande cidade (da metrópole), podendo-se mesmo considerar que, a depender do caso e situação, esta condição relacional de aproximação e envolvimento pode mesmo não se realizar (nos pontos que designo como lugares de repulsão), ou, por outra, realiza-se precária e perversamente (lugares da degradação). Podendo apresentar-se associadas, essas características são mutantes no tempo de no espaço, suscetíveis à dinâmica da produção e da organização do espaço urbano (2006, p. 184).

Ainda no que tange à apropriação do espaço, tanto Damiani (2002) quanto Baggio (2006) nos chamam a atenção para o fato de que existem “limites à apropriação do/no mundo atual” (DAMIANI, 2002), restrições dadas pela própria dinâmica capitalista responsável pela configuração de um espaço urbano moderno, de rápida comunicação, denso e homogêneo pela técnica; espaço incontrolável, oposto ao lugar de vida, o qual, como nos mostra Tuan (1983, p. 151), é preenchido em sentido e significado, local de definição, segurança e estabilidade. No entanto, afirma Baggio (2006, p. 187) em consonância com Damiani (2002), tais limites não representam a “não-realização absoluta” da apropriação, sendo possível no mundo atual a conformação de “um espaço vivido, com fluxos e ritmos referenciados ao humano, o qual não necessariamente se anula em função da velocidade da técnica e das dinâmicas do capital frequentemente a ela associadas, podendo mesmo escapar delas”.

A explicação acima envolvendo o conceito de apropriação e a possibilidade de sua realização mostra-se fundamental para uma maior compreensão do que seja o território, já que, ao se apropriar de um espaço, tanto em termos concretos quanto abstratos através, por exemplo, das representações, o ator empreende um processo chamado de territorialização, ou seja, cria territórios.

1.2 - Sobre o conceito de territorialidade

O aprofundamento da discussão do conceito de território levou alguns geógrafos à formulação de outro conceito, o de territorialidade. A territorialidade de determinado grupo social circunscreve-se sempre a um espaço específico, estabelecendo-se a partir da mobilização e da defesa de certos interesses por esse mesmo grupo que os fazem valer em seu território. Para Sack *apud* Haesbaert (1997, p. 36), a territorialidade pode ser definida como “a tentativa, por um indivíduo ou um grupo, de atingir, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”. Com tal definição, aponta Haesbaert, Sack enfatiza a dimensão política do território dada pelo controle de uma área geográfica,

ressaltando, para tanto, o papel dos limites e fronteiras no controle do acesso e do comportamento de indivíduos e grupos.

Tal raciocínio, de acordo com Haesbaert, deve ser ampliado de maneira a abarcar os dados simbólicos como elementos constituintes da territorialidade de um grupo. O autor mostra cumprir a territorialidade o papel de fechamento e controle no interior de uma área geográfica através das fronteiras delimitadoras do território, acrescentando, todavia, ser o próprio encerramento de um grupo em determinado espaço capaz de proporcionar, por meio da atribuição de significados ao espaço, a configuração e a legitimação de identidades territoriais específicas (1997, p. 36). A criação de laços imateriais com o espaço, sua significação, pode, na concepção de Haesbaert, servir de guia de ação, tornando-se um instrumento de poder na medida em que orienta as estratégias de indivíduos e grupos no sentido da luta pelo controle de seu espaço de vida.

Discutindo o conceito de territorialidade enquanto um conjunto de atividades e práticas através das quais se criam os territórios, Campos (2000, p. 28) ressalta estarem as motivações para a sua definição relacionadas às formas de uso, organização e significado que o espaço de vivência de um grupo assume em diferentes momentos. Para a autora, a territorialidade traduz, ao mesmo tempo, “expectativas particulares interiores aos grupos – prazer, necessidade, contingência, obrigação, ideologia – como também exteriores a eles – funcionais, simbólicas, sociais, físico-ambientais, sócio-econômicas”.

Campos afirma possuir a territorialidade humana três “elementos básicos fundamentais” que se constituem em “formas de expressão de poder; identificação simbólica do território para seus componentes e formas de comunicação de cada territorialidade com o exterior”. Quanto ao primeiro elemento, Campos chama a atenção para o fato de estar a territorialidade intimamente relacionada ao poder, já que se inscreve num campo de relações sociais, as quais representam sempre expressões de força e potência. Nesse sentido, a territorialidade seria a “expressão geográfica primária de poder social, através da delimitação e afirmação do poder de determinado grupo sobre o território”.

Com relação à questão da identificação simbólica de um grupo com o seu território, Campos estabelece a relação estreita existente entre territorialidade e sentido

de pertinência de um grupo a um espaço, pertencimento que se expressa, no mais das vezes, em maneiras específicas de comportamento. A identificação simbólica do grupo com o seu lugar de vida traduz-se em significados e valores os quais associam-se, muito diretamente, com as representações sociais, sendo essas, de acordo com Campos (2000, p. 28),

“formadoras de uma trama complexa de diferentes significações que vão influenciar, motivar e mesmo justificar atitudes de resistência, defesa, animosidade dos grupos sociais em relação ao meio onde se encontram; do mesmo modo, as representações, construídas social e espacialmente, podem promover condições de atratividade”.

Enquanto forma de comunicação com o exterior, a territorialidade construída a partir do conjunto de relações que indivíduos de um grupo estabelecem com o seu território, constitui-se, de acordo com Campos, em uma maneira de “comunicar limites e códigos de comportamento “aos indivíduos que não compartilham dos mesmos interesses e expectativas” (2000, p. 28). Para Campos, a comunicação com o exterior ocorre

[...] não apenas no nível do comportamento, mas também através de ações correspondentes à materialização no espaço dessas relações abstratas e subjetivas, constituindo assim em práticas sócio-espaciais. Estas assumem, ao mesmo tempo, um papel de *interação*, na medida em que une os indivíduos em grupos que possuem motivações comuns; e *diferenciação*, estabelecendo limites e expressando desigualdades através de comportamentos, formas de usar/transformar o espaço (2000, p. 29, *grifo nosso*).

Baggio, em seu já citado estudo, explicita a relação existente entre a apropriação do espaço por determinado grupo e a forma correspondente de territorialidade. No caso específico de Santa Tereza, bairro da região leste de Belo Horizonte, MG, o autor mostra como o uso habitual do bairro - que implica, em certa medida, na sua apropriação - é responsável pelo delineamento de sua identidade e territorialidade, expressas, sobretudo, em seus modos de vivência cotidiana, caracterizada pela musicalidade, vida boêmia, rodas de bate papo em bares e restaurantes, vivência religiosa na paróquia, feiras de artesanato e alimentação e ações de reivindicação de preservação do bairro (2006, p. 167). Apoiando-se em autores como Raffestin, e ainda,

em Bailly e Beguin, Baggio acentua o caráter multidimensional da territorialidade enquanto um conjunto de relações através das quais um grupo faz valer seus interesses no espaço transmutado em lugar de experiências íntimas, individuais e coletivas, lócus da existência, fonte de consciência. Cumpre observar que o entendimento de Baggio acerca da territorialidade segue de perto as idéias de Raffestin, para quem a territorialidade expressa

[...] sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores. [...] Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações, e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder (RAFFESTIN *apud* BAGGIO, 2006, p. 182).

Damiani, ao discutir o conceito de território e a correlata formação das territorialidades no âmbito de uma Geografia Política, discorre sobre as formas de territorialidades fixas, “cujo desvendamento exige a leitura do Estado e da ação estatista”, gestor por excelência do sobreproduto social, garantindo, pelo seu gasto, a configuração das relações sociais e das relações de poder. A essas territorialidades fixas, a autora contrapõe as territorialidades móveis, entendidas como contrapoderes diante de uma estrutura hierárquica de poder comandada, como mencionado acima, pelo Estado considerado tanto no âmbito de suas instâncias de representação – municipal, estadual e federal, quanto em suas formas de associação, um “consórcio de estados” configurando territorialidades regionais e mundiais (2002, p. 21).

De acordo com a autora, as “territorialidades móveis são múltiplas, heterogêneas”, e incluem aquelas de caráter cotidiano, conformando territórios enquanto espaços vividos, apropriados e repletos de significados e sentidos, individuais e sociais. A territorialidade, para Damiani, é constituída por duas dimensões; decorre de uma apropriação “real”, “concreta”, e outra mista, resultante da combinação entre o “real e o representado” (2002, p. 18). A representação enquanto constituinte da territorialidade seria responsável também pelo traço de fantasia e ilusão que marca essa última, já que operaria uma substituição, fazendo crer aos sujeitos a existência de um autocontrole dos mesmos sobre sua vida e seu espaço, quando na verdade esse não existe de forma efetiva no mundo da política e economia vigentes. Em suma, a territorialidade, dada a impossibilidade de apropriação do espaço no mundo atual, a qual se dá, segundo a

autora, apenas no nível da representação, revela, contraditoriamente, “um mundo não apropriado”, “substituído por espaços de vivência restritos que simulam a apropriação. As territorialidades constituem uma apropriação crítica”. (p. 24).

1.3 - Problematizando a representação

Mesmo concordando com Damiani quanto aos limites da apropriação do espaço sob o capitalismo, Baggio (2006) parece destoar da autora no que se refere à relação estabelecida pela mesma entre o real e sua representação. Diferentemente de Damiani que enxerga a representação como algo apartado do real, sua substituição ou simulacro, Baggio concebe-a como algo referenciado no/pelo real. O real e sua representação, de acordo com o autor, não seriam uma única e mesma coisa, existindo entre eles, contudo, certa relação de correspondência. As representações enquanto constructos envolvendo discurso e narrativa devem ser tomadas como parte integrante da própria realidade social, sendo essa mesma realidade, em sua dimensão objetiva e subjetiva, matéria prima para a elaboração das representações que, por sua vez, servirão como guias da ação humana, modelando práticas sociais e comportamentos. Quanto às representações, de acordo com Baggio, o próprio

[...] procedimento de apartá-las do real, ou tomá-las como uma espécie de “real distorcido” conota uma concepção científica (ou, talvez, cientificista) de objetividade, que condena o investigador a um tratamento cognitivo do objeto de conhecimento que faz dele uma expressão vazia e destituída de subjetividade (2006, p. 189).

Dado que a representação ou imaginário social “não resulta do nada”, estando, portanto, colado ao real, a “territorialidade como representação” “constitui uma expressão espacial intelectualmente construída a partir de *referências da realidade*, ainda que sejam tomadas como indesejadas ou como fontes de mal-estar e constrangimentos diversos” (BAGGIO, 2006, p. 189, **grifo do autor**). Enquanto que para Damiani a territorialidade, em sua dimensão representacional, é tomada como algo não verdadeiro, um conjunto de imagens, discursos e narrativas sobre o espaço que simulam o real, Baggio, por sua vez, a compreende como “parte integrante e formativa do próprio real”, não estando limitada ao “universo mental e intelectual”, apresentando-

se como uma situação que interfere em práticas sócio-espaciais de uso e apropriação, podendo mesmo norteá-las. Deve-se ressaltar que tal idéia mostra-se como desdobramento do pressuposto assumido pelo autor de que “[...] o mundo e a realidade do mundo não estão constituídos por um conjunto fixo de objetos independentes do espírito” (2006, p. 190), devendo o imaginário ser tomado como parte integrante da realidade social, decorrente do jogo entre as dimensões objetiva e subjetiva que a compõe.

Ciro Flamarion Cardoso (2000), ao discutir a noção de representações sociais ou coletivas no contexto das ciências humanas e sociais, afirma serem as mesmas de grande utilidade para o especialista que se propõe a compreender as práticas humanas, dentre elas, aquelas que envolvem a relação do homem, individualmente ou em grupo, com o seu espaço. De acordo com o autor, é bastante improvável que se conheça, de “forma diretamente comprovável”, as “motivações dos agentes em si mesmas (...), o movimento conducente às decisões que comandam as escolhas em matéria de ação individual e coletiva”. Entretanto, prossegue Cardoso, pode-se inferir de maneira indireta tais “motivações ou os processos decisórios”, obter uma aproximação dos mesmos a partir das “representações sociais em curso na sociedade” (2000, p. 34).

Como mostra Cardoso, a possibilidade de inferência dos motivos que levam os agentes a agirem do modo como eles agem assenta-se no fato de estarem as representações intimamente relacionadas à prática humana, já que, de acordo com o autor, os “seres humanos tendem, individualmente ou em grupo, a efetuar escolhas que orientem suas ações em dada situação ou conjuntura, mais frequentemente em razão de representações socialmente difundidas do que de características objetivas dos referentes (objetos) a que essas representações remetem” (2000, p. 34). Com base em Denise Jodelet, Cardoso apresenta a noção de representação social elencando quatro de suas características:

1) Trata-se de uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto – o que significa ser, invariavelmente, uma representação de alguma coisa (o objeto) e de alguém (o sujeito); 2) a representação mantém com seu objeto uma relação de simbolização e de interpretação, de modo que, para o sujeito individual e coletivo (mas, agrego eu, espera-se que não para o cientista social!), pode ser colocada no lugar do objeto; 3) a representação é uma mobilização de seu objeto, por exemplo, atuando como um elemento nas decisões de como agir a seu respeito; 4) como saber de sentido comum, a representação, de um modo geral, desempenha um

papel crucial no ajuste prático do sujeito ao seu ambiente (*o que significa que uma teoria das práticas sociais exige a consideração, como fator de peso, das representações coletivas*) (CARDOSO, 2000, p. 30, **grifo nosso**).

Segundo Falcon, a representação enquanto conceito-chave da teoria do simbólico permite que o “objeto ausente” seja “re-apresentado à consciência por intermédio de uma ‘imagem’ ou símbolo”. Representar, dessa maneira, significa criar símbolos ou imagens de um dado objeto, os quais podem ser de natureza verbal, icônica, dramática, material ou mental. Os símbolos, fruto da imaginação simbólica, apresentam como partes constitutivas o significante, “carregado do máximo de concretude”, e o significado “apenas concebível, mas não representável”, dispersando-se por todo o universo concreto (FALCON, 2000, p. 46).

Com base em Castoriadis, Haesbaert (2002) discute alguns elementos do simbólico associando a essa discussão uma reflexão sobre o território, o qual, de acordo com o autor, expressa muito mais do que seus aspectos concretos, materializados em prédios, estradas e montanhas, compondo-se, além disso, de sentidos e significações múltiplas decorrentes das leituras simbólicas empreendidas por determinado grupo. O símbolo, para Haesbaert, em conformidade com Cardoso (2000) e Baggio (2006), encontra-se “posicionado a um meio caminho: seu significado não pode ser nem totalmente fechado, lógico e objetivo, nem totalmente aberto, sem referência a uma realidade concreta” (2002, p. 148). Seguindo a mesma lógica, Castoriadis entende que

A escolha de um símbolo não é nunca nem absolutamente inevitável, nem puramente aleatória. Um símbolo nem se impõe como uma necessidade natural, nem pode privar-se em seu teor de toda referência ao real (somente em alguns ramos da matemática se poderia tentar encontrar símbolos totalmente “convencionais” – mas uma convenção que valeu durante algum tempo deixa de ser pura convenção). Enfim, nada permite determinar as fronteiras do simbólico (CASTORIADIS, *apud* HAESBAERT, 2002, p. 149).

De acordo com Haesbaert, toda essa liberdade e flexibilidade dos símbolos tornam-se patente quando se considera a possibilidade de suas múltiplas significações, já que, “por suas conexões naturais e históricas virtualmente ilimitadas, o significante ultrapassa sempre a ligação rígida a um significado preciso, podendo conduzir a lugares totalmente inesperados” (CASTORIADIS *apud* HAESBAERT, 2002, p. 86-87). Tal

indeterminação pode ser exemplificada, segundo Haesbaert, através dos “múltiplos sentidos dados a diferentes parcelas do espaço pelos diversos conjuntos da sociedade” (HAESBAERT, 2002, p. 86). Nesse sentido, uma análise cuidadosa do território deve tomá-lo enquanto materialidade, mas também como símbolo ou dado simbólico, buscando apreendê-lo, assim, enquanto espaço de referência simbólica, revelando os múltiplos sentidos e significados a ele associados.

CAPÍTULO 2: Prostituição e travestis: interfaces com o território

2.1 - Sobre a prostituição

Pensar o território de prostituição travesti, objeto desse trabalho, leva-nos, mesmo que sumariamente, a tecer algumas considerações acerca da atividade de prostituição em si, bem como sobre o “ser travesti”, ficando a discussão sobre as idéias e definições que envolvem o termo travesti, como se verá, para o próximo item. Antes, contudo, convém um esclarecimento que se refere à não superposição das categorias acima, distinção, aliás, observada por autores como Pelúcio (2005; 2007) e Ornat (2008), os quais denunciam a equivocada associação da travesti à prostituta, como se fossem sinônimos, quando, na verdade, nem sempre uma travesti é também prostituta.

Uma outra ressalva diz respeito à dificuldade de acesso à bibliografia que trabalhe o tema da prostituição travesti em termos históricos, fornecendo-nos elementos panorâmicos sobre as origens, desenvolvimento e concepções que cercaram e ainda cercam tal atividade, a exemplo do que é oferecido quando se pensa em prostituição feminina. Diante disso, a discussão que se segue terá como base os textos de duas autoras que, embora foquem em seus trabalhos a prostituição feminina, empreendem interessantes apontamentos no sentido de proporcionar uma reflexão sobre a prostituição no seu sentido geral.

Pois bem, a palavra prostituição, de acordo com Mota, tem origem do latim *Pro Statuore* que significa expor-se, oferecer-se. Concebida desde os seus primórdios como uma atividade “envolta em mistérios, atrações, rejeições e sanções sociais, ocorrendo em trânsito paralelo à vertente que consagra as relações heterossexuais monogâmicas como as normais e adequadas aos papéis femininos e masculinos” (2008, p. 27-28), a prostituição existe, de acordo com registros, desde a “mais remota antiguidade”, nas formas de prostituição “hospitaleira” e “sacra”, ambas praticadas por povos da Caldéia, na Ásia. A primeira caracterizava-se pela concessão ao hóspede, “além do leito e da mesa, das próprias mulheres da casa”, relacionando-se, a segunda, à instituição de ritos

religiosos onde mulheres exerciam, mediante contribuições ao templo, a intermediação entre os homens que as procuravam e a divindade. (MOTA, 2008, p. 29).

Passando pela Grécia do século VI onde, pela primeira vez na história, houve a legalização “de alguns aspectos da prostituição” com a criação de estabelecimentos mantidos pelo Estado que fixava o preço da entrada, Mota chega a Roma cujo Estado fornecia às mulheres uma autorização legal, a *licentia stupri*, para se prostituírem. Alguns imperadores cristãos como Constantino, Constâncio, Theodósio e Justiniano tentaram, sem muito sucesso, combater a prostituição, a qual, com o advento da Idade Média, passou a ser “moralmente repreensível”, levando à perseguição das mulheres que exerciam tal atividade, medida que não impediu, contudo, o seu fortalecimento estimulado pelo êxodo rural de viúvas e filhas de servos mortos nas guerras dos senhores feudais. A ofensiva contra a prostituição foi ainda mais acentuada com o advento da Idade Moderna no século XVI, marcada pelo Renascimento, pelo “puritanismo da reforma” e por “uma epidemia de doenças sexualmente transmissíveis”. Não obstante as ações do Estado e da Igreja no sentido de controlar e até mesmo exterminar a prostituição, “a humanidade, em seu desenvolvimento, passou a aceitá-la como uma realidade inafastável, buscando inclusive sua regulamentação sob diversos aspectos” (MOTA, 2008, p. 32).

No Brasil, de acordo com Mota, a prostituição teve início com os primeiros colonizadores, já que vieram de Portugal os criminosos e as prostitutas, sendo a escassez de mulheres um dos propulsores da prostituição de índias e, posteriormente negras, sucedidas por prostitutas européias, sobretudo as francesas.

Associada, a partir do século XIX, à industrialização e urbanização nascentes e ao *boom* da borracha no norte do Brasil, a prostituição esteve no centro de reflexões e ações de pensadores e do próprio Estado, o que pode ser exemplificado na análise datada de 1925 de Evaristo de Moraes, citado por Mota. Para a autora, Moraes creditava à fábrica a destruição da família pelo fato da mesma aproximar os sexos, afastar a vigilância familiar, criar o trabalho noturno, propiciar a autoridade do contramestre e do patrão, “que podiam abusar imoralmente da situação”, somando-se a isso os baixos salários pagos às mulheres que encontravam na prostituição uma forma de sobrevivência, um complemento de sua insuficiente renda (MOTA, 2008, p. 35).

Mota, em seu levantamento do quadro prostitucional do Estado de São Paulo entre 1870 e 1920, observa que a prostituição era, nesse período, “criminalizada por alguns, equiparada à vagabundagem, confinada, controlada arbitrariamente por policiais e médicos e até reprimida” a partir, por exemplo, da destinação de pontos específicos para tal atividade e sua proibição em determinadas ruas, além do controle e regulamentação sanitária (2007, p. 40). Paralelamente, era vista por outros como “um mal necessário” que deveria, por isso mesmo, ser tolerado em respeito à moral e ao lar, sendo que, nesse, a sexualidade deveria ser exercida sem excessos, as “relações sexuais mantidas dentro dos padrões tradicionais, extirpando-se desvios, mantendo-se a reprodução e a sexualidade sadia” (MOTA, 2007, p. 37).

O submundo da sexualidade deveria, portanto, ser praticado fora do lar, na rua, lugar de anonimato e transgressão, o espaço do sexo contraposto ao espaço do amor que era a casa. (MEDEIROS, 2007). É interessante destacar que, tanto o discurso da “safadeza”, “da falta de caráter”, quanto as idéias que tomam a prostituição como um “mal necessário” desviam, de acordo com Medeiros, a atenção dos problemas de ordem social, político, econômico e moral que a explicam e geram a estigmatização daqueles que dela vivem. Nas palavras da autora,

O lugar do problema social é o lugar discursivo na narrativa social responsável pelos desequilíbrios estruturais fundamentais para a legitimação do poder e a manutenção da ideologia das classes dominantes. Portanto, a prostituição forma uma categoria, entre outras, estigmatizada e logo colocada à margem da sociedade. Esse lugar é um território simbólico onde as imagens culturais negativas são construídas e reproduzidas, tornando-se um espaço vulnerável a todo tipo de ataque (MEDEIROS, 2007, p. 114).

Enquanto “produto de um processo dinâmico de construção social articulado dialeticamente em oposição aos parâmetros que definem as normativas morais sobre a sexualidade” (MEDEIROS, 2007, p. 114), a prostituição é definida como uma categoria de transgressão social, representando, ao lado da rua, da zona ou puteiro, um lugar de sexualidade livre, de “práticas proibidas e que não estão na ordem do limpo”, um espaço de “ruptura do limite da norma e rompimento do proibido”, despertando, por isso mesmo, o interesse e excitando a fantasia (MEDEIROS, 2007, p. 117).

De acordo com Medeiros, o limpo enquanto relacionado à casa, espaço do amor e do “sexo saudável”, é construído em oposição ao sujo, ligado à rua, ao risco, ao perigo

e à prostituição. Importantes para a ampliação da possibilidade de “experiências eróticas”, “o sujo, a falta de decoro, a transgressão do limite estabelecido pelas normas, a experiência exótica da utilização de outras partes do corpo ou de outros ambientes sociais para a realização da fantasia sexual” apresentam “elementos significativos para a construção do universo social transgredido, ou seja, fora dos padrões de normalidade” (MEDEIROS, 2007, p. 117).

Associados à liberdade sexual, ao prazer e transposição de fronteiras, a prostituição e o espaço onde ela ocorre devem ser entendidos, também, a partir de estruturas de poder, um poder que se constitui enquanto mediação da relação entre a/o profissional do sexo e seu cliente, no grupo dessas profissionais entre si e entre elas e outros elementos que compõe o universo da prostituição como policiais, traficantes, cafetinas, comerciantes, etc. (MEDEIROS, 2007, p. 121).

Segundo Medeiros, o poder no mundo da prostituição deve ser negociado, levando a um consenso as partes “envolvidas numa relação de dominação-submissão ou ativo-passivo” (MEDEIROS, 2007, p. 121). Nessa relação, tanto cliente quanto profissional do sexo trocam desejos, sexo e interesses, devendo a negociação entre ambos envolver, além do valor do produto (o prazer), o estabelecimento de um conjunto de regras que ordenem a relação, bem como as punições para o caso de descumprimento do que foi previamente acertado.

Para a autora, o acordo “tácito” entre cliente e profissional do sexo implica a configuração de hierarquias distintas daquelas tidas como oficiais – homem x mulher, ricos x pobres, diplomados x não escolarizados - onde os primeiros, que em outros lugares sociais assumiriam o papel de dominadores, passam, em geral, a atuar como sujeitos passivos, numa relação de poder em que o *status* assumido por uma prostituta e, acrescentamos, travestis e homens que se prostituem, assenta-se numa “sabedoria construída e armazenada no curso da vida”, um saber que “significa um tipo de propriedade estrutural que se opõe ao não/pouco saber do outro” (MEDEIROS, 2007, p. 124).

2.2 - Sobre Travestis

“Afinal, quem são as travestis?”, pergunta-se a antropóloga Pelúcio (2007), para quem definir travestis como um bloco monolítico e homogêneo é por demais simplificador, haja vista a enorme pluralidade de formas de viver essa condição, revelada, segundo a autora, no próprio trabalho de campo, onde

[...] conheci travestis que não tomavam hormônios, nem tinham silicone no corpo, mas que se auto-reconheciam como travestis, usavam nomes femininos, mantinham intensa sociabilidade no meio [...] Convivi com pessoas que se identificavam como transexuais mas viviam, segundo elas mesmas, como travestis, pois se prostituíam e faziam uso sexual do pênis; Assim como estive com travestis que, em algum momento da vida, desejaram tirar o pênis; e outras que jamais tinham pensado naquilo, mas que começavam a estudar essa possibilidade mais recentemente, passando a cogitar a possibilidade de serem transexuais (PELÚCIO, 2007, p. 35).

A despeito dessa multiplicidade de formas e experiências da travestilidade², Pelúcio, ainda que cautelosamente, não se esquia de uma definição conceitual de travestis por reconhecer “uma convergência de comportamentos e visões de mundo semelhantes que conformam um ethos próprio desse grupo” (PELÚCIO, 2005, p. 222). A autora ressalta, contudo, que a conceitualização deve ser elaborada tomando-se o cuidado de se propor categorias teóricas flexíveis, passíveis de abarcarem a variedade de situações específicas encontradas no espaço empírico. Tendo isso em vista, Pelúcio assim define travesti:

[...] são pessoas que se entendem como homens que gostam de se relacionar sexual e afetivamente com outros homens, mas que para tanto procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente tido como próprio do feminino. Não desejam, porém, extirpar sua genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos (2007, p. 37).

A delimitação do conceito de travesti apresentada por essa autora parece encontrar um paralelo no trabalho de Ferreira sobre a insegurança e a violência nos territórios de prostituição travesti em Belém, no estado do Pará. A partir de “um

² Termo preferido por Pelúcio para se referir à multiplicidade de formas do “ser travesti” observada em seu trabalho de campo junto às travestis prostitutas de São Carlos, São Paulo. Nas palavras da antropóloga, a opção pelo conceito de travestilidade decorre do fato de o mesmo alargar “aspectos de categorização identitária do termo ‘travesti’, que pode ser bastante simplificador quando busca contemplar a gama de possibilidades de se viver esta condição. A travestilidade aponta para a multiplicidade dessa experiência, ligada à construção e desconstrução dos corpos” (PELÚCIO, 2007, p. 18).

entendimento produzido durante o trabalho de campo” (2003, p. 2), o autor define travestis como “indivíduos que sentem e expressam a sua homossexualidade sob uma aparência mais ou menos feminina, sendo que para isso são capazes de recorrer a recursos artificiais diversos que lhes permitam simular um corpo de mulher” (FERREIRA, 2003, p. 2). Importante destacar que, tanto para esse autor quanto para Pelúcio, as transformações empreendidas na busca de um corpo feminino não passam, necessariamente, por profundas alterações, encontrando-se desde travestis cujo desejo inscreve-se num corpo transformado por silicone e/ou hormônios, até aquelas que lançam mão de meios superficiais de intervenções estéticas.

Como mostra Pelúcio, a construção do “ser travesti” é um processo que nunca se encerra. Demanda cuidados constantes com o corpo, tornando o mesmo o mais próximo possível daquilo que consideram uma “mulher bonita e desejável”. Em busca dessa imagem, as travestis “afinam seus traços, bronzeiam seus corpos, adornam-se com roupas que remetem a mulheres glamourosas, escolhem nomes de atrizes e musas *hollywoodianas* ou cantoras de *pop*” (PELÚCIO, 2007, 98). A observação desse processo pela autora, levou à identificação, para o grupo estudado, de quatro etapas:

A primeira delas (1) é quando ainda se é “gayzinho” (classificação êmica), ou seja, já se assumiu a orientação sexual para familiares e para a “sociedade” (como elas dizem, ou seja, para um conjunto mais abrangente de pessoas). Segue-se, então, (2) a fase do “montar-se”, o que significa, no vocabulário próprio do universo homossexual masculino, vestir-se com roupas femininas, maquiarse de forma a esconder a marca da barba, ressaltar as maçãs do rosto, evidenciar cílios e pálpebras, além da boca. Vestir-se com roupas femininas ainda é, nessa etapa, algo ocasional, de tom furtivo, restrito a momentos de lazer ou noturnos. O terceiro momento é o da (3) “transformação”. Esta é uma fase mais nuançada, pois tanto pode envolver apenas a depilação dos pêlos do corpo e vestir-se cada vez mais frequentemente como mulher, como pode indicar o momento inicial da ingestão de hormônios, quando estes ainda não produziram efeitos perceptíveis; e finalmente, (4) a quarta etapa, quando já se é travesti. Pois além do consumo de hormônios, vestem-se todo o tempo com roupas femininas (sobretudo roupas íntimas, pois se pode estar de *shorts*, sem camisa, mas de calcinha), e, no mínimo, já se planeja injetar silicone nos quadris e nádegas (PELÚCIO, 2005, p. 98).

Como se pode perceber a partir da passagem acima, na adequação do seu corpo de homem aos seus desejos de “parecer mulher”, de se passar por uma, as travestis encontram no hormônio e no silicone dois aliados de peso, os quais figuram

como elementos centrais na construção de um feminino “que procura borrar, nesses corpos, o masculino, sem apagá-lo de todo” (PELÚCIO, 2007, p. 18).

O uso de hormônios femininos, a partir da ingestão de pílulas anticoncepcionais e/ou de reposição hormonal, é visto pelas travestis entrevistadas por Pelúcio como uma espécie de fonte da feminilidade e da beleza, pois, circulando pelo sangue, o hormônio elimina da travesti traços de uma masculinidade indesejada, livrando-a dos pêlos, afinando sua pele e seus traços angulosos. Além disso, de acordo com relatos das mesmas à Pelúcio, parece dotá-las de características vistas como próprias da mulher, deixando-as mais sensíveis, delicadas e até mais dedicadas ao lar.

Quanto ao silicone, este parece ser o sonho da maioria das travestis pesquisadas pela autora supracitada. O “corpo feito”, “bombado”, “todo quebrado na plástica” (PELÚCIO, 2005) significa o ingresso definitivo para o mundo das travestis, onde o desejo por um corpo fabricado, a busca do feminino associada à falta de recursos financeiros, leva boa parte delas a “fazer o corpo” introjetando dentro de si lubrificante de máquinas, o chamado silicone industrial. Em relação a essa técnica de transformação do corpo, Pelúcio adverte que, antes que a tomemos como sinal de irracionalidade e ignorância, devemos tentar entendê-la, bem como a dor e o sacrifício a ela associados, a partir da própria lógica interna ao sistema simbólico do grupo estudado. Nesse, “o desejo de se ver cada vez mais feminina, isto é, bela, se sobrepõe aos receios em relação ao uso do silicone [...], pois se impõe como um valor moral entre as travestis o “cuidar-se”, o que implica a busca permanente por padrões estéticos e comportamentais atribuídos à mulher” (PELÚCIO, 2005, p. 104).

O silicone e o hormônio são apenas duas das muitas formas de intervenção no corpo utilizadas pelas travestis no processo de autoconstrução, de adequação de seus corpos de homens aos seus desejos de parecer mulher e às suas práticas sexuais. De acordo com Claudinha Delavatti, travesti entrevistada por Pelúcio, não basta se vestir de mulher para ser travesti. É preciso intervir no próprio corpo e lançar mão de uma série de técnicas corporais cuja apreensão só se tornam possíveis a partir do momento em que se entra em uma rede de relações já estabelecidas. Aprender a se maquiar e a se depilar, escolher roupas que valorizem o corpo, andar e gesticular como mulher, tomar hormônios e usar silicone, exige o contato, a proximidade com outras travestis. Nesse processo, como se verá no próximo item para o caso das travestis que se prostituem, o

território assume papel de destaque, já que é na rua, pista ou avenida³ onde se aprende a ser travesti, onde as mesmas “constroem-se corporal, subjetiva e socialmente” (BENEDETTI *apud* PELÚCIO, 2005, p. 224).

2.3 - Território e prostituição

Estudos relacionando prostituição e território tem sido cada vez mais freqüentes nos últimos anos, não apenas na Geografia, para a qual essa última categoria é de grande importância, mas também no âmbito de outras ciências, o que pode ser exemplificado através do elegante trabalho de Pelúcio (2005; 2007), antropóloga muitas vezes citada nessa monografia, para quem o território não se configura como um simples receptáculo ou um palco onde se materializam e se desenvolvem as ações dos grupos sociais, mas sim como algo que se impõe como uma instância relevante de socialização e da própria construção da pessoa travesti.

A autora, em suas incursões no espaço de prostituição travesti na cidade de São Carlos - interior paulista -, percebe que tal espaço possui “claras repartições, limites e esquadramentos”, territórios marcados por códigos responsáveis pela atribuição de sentido aos lugares, marcas que sinalizam quem é quem, o que se pode e o que não se pode fazer em dado espaço, demarcações que, enfim, estabelecem uma hierarquia nos papéis, que reflete, por sua vez, os valores vigentes entre as próprias travestis da área.

No território de prostituição travesti estudado pela autora observam-se múltiplas territorialidades às quais se sobrepõe identidades, demarcações espaciais, que são também demarcações morais e que expressam valores como capital corporal, faixa etária e comportamento diante dos códigos e regras de funcionamento de cada território. E como nos mostra Pelúcio, há espaços ocupados por travestis de maior valor no mercado sexual, geralmente aqueles de maior visibilidade e circulação, e espaços destinados às menos valorizadas, havendo territórios de travestis menos transformadas, isto é, femininas; territórios de travestis mais velhas, e ainda, territórios de travestis

³ Categorias nativas utilizadas pelas travestis entrevistadas por Pelúcio, mas também por aquelas objeto de pesquisa do presente trabalho, usadas para designar os espaços públicos - ruas, travessas, becos, avenidas, praças, etc, onde ocorrem a prostituição.

tidas como não confiáveis, as chamadas “bandidas”, envolvidas em roubos e agressões a clientes e a outras travestis.

A idéia do território como dimensão fundante da identidade travesti é retratada em diferentes momentos pelo geógrafo Márcio Ornat (2005; 2008a; 2008b), a propósito de seu estudo sobre o território de prostituição travesti em Ponta Grossa, Paraná. As entrevistas realizadas pelo autor mostraram ser o território um espaço de aprendizado de comportamentos, “forjando um indivíduo que não deve ser ingênuo, mas sim corajoso, forte, esperto e maduro” (2008a, p. 53), um lugar de construção de subjetividades, onde se aprende, além disso, técnicas de transformação corporal, “incorporando elementos identitários do universo feminino ao corpo biologicamente masculino, concretizando a transgressão da ordem e da norma heterossexual” (ORNAT, 2008a, p. 52).

Ornat (2008b), em outro artigo sobre as travestis acima citadas, percorre a memória das mesmas no que se refere às relações inerentes à casa e à cidade, mostrando como o cruzamento das experiências espaciais individuais, que são socializadas e ressignificadas coletivamente através do território, constituem elementos de identificação do grupo pesquisado.

Nesse estudo, o autor mostra que na memória do grupo de travestis relacionada à espacialidade da casa são centrais as figuras do pai, da mãe, e ainda, do companheiro, designado por elas como namorado e/ou marido. Segundo as experiências relatadas, o espaço da casa é marcado pela afetividade e intimidade entre travesti e companheiro, bem como por conflitos entre os mesmos, relacionados ao ciúme e à exigência de fidelidade materializada na proibição de se beijar o cliente na boca e de se realizar programas em casa. Quanto às evocações casa-relação materna/paterna, tem-se muita contradição e conflito, sendo a figura paterna, de forma preponderante, associada à violência e cobrança da masculinidade, e a materna representando um misto de rejeição e aceitação.

A cidade, enquanto espacialidade que compõe as histórias de vida das travestis estudadas por Ornat, é vista pelas mesmas como espaço de exclusão e de preconceito “devido a *performance* não correspondente à linearidade entre sexo-gênero-desejo” (ORNAT, 2008b, p. 6), o que faz com que seus corpos sejam indesejáveis na cidade, um corpo tido como defeituoso, não humano. Não obstante todas as adversidades, a cidade é dotada, também, de um sentido positivo, dado que é nela onde se torna possível a

materialização do desejo por um corpo transformado, de construção de outra pessoa através desse corpo e nesse corpo.

Apoiando-se em Judith Butler, Macdowell, em artigo sobre as travestis prostitutas do setor comercial sul, em Brasília, apresenta as idéias daquela autora sobre “corpos abjetos”, os quais devem ser entendidos como “corpos que não importam”, “imateriais”, “ilegítimos e ininteligíveis” (MACDOWELL, 2008, p. 2), “situados em um não-lugar no limiar da própria gramática que estrutura a vida social, a matriz heterossexual” (MACDOWELL, 2008, p. 3). Segundo Macdowell, o abjeto como não-sujeito é construído sempre em referência a norma, a partir do olhar do sujeito, sendo ambos constitutivos um do outro e estabelecidos a partir de um processo de abjeção e de exclusão necessário para que os mesmos se constituam enquanto tais.

Os sujeitos seriam, conforme tradução de Butler feita por Macdowell, “corpos que pesam”, os quais, em sua existência material e legítima, ocupariam os “espaços legítimos, os espaços que importam” (MACDOWELL, 2008, p. 2), ao contrário de abjetos como as travestis que, justamente por rejeitarem “a anatomia carregada de regras e as regras que atribuem significado às anatomias”, rechaçando a “própria polaridade binária pela qual se manifesta a norma”, situam-se e são situadas em “zonas inóspitas e inabitáveis”, lugares “impuros” (MACDOWELL, 2008, p. 5), os quais devem ser, por isso mesmo, evitados, escondidos e repudiados.

O caráter abjeto dos corpos travestis explica porque a presença das mesmas em espaços públicos, sobretudo durante o dia, provoca estranhamento e agressões de toda ordem, levando ao estabelecimento de uma “ditadura da noite”, a “associação do dia à opressão por mecanismos tácitos de coerção social e à conseqüente restrição da vida das travestis ao período noturno, signo da prostituição (e, conseqüentemente, à rua como espaço de prostituição)” (MACDOWELL, 2008, p. 6).

Os territórios de prostituição são, dessa maneira, espaços “impuros” aos quais são destinados os corpos abjetos das travestis. Tais corpos, ao mesmo tempo em que dotam de significados esses espaços, são marcados pelos signos dos mesmos, dentre eles a própria violência, apontada por Macdowell (2008) e Ferreira (2003) como elementos constitutivos dos territórios de prostituição travesti.

Como já mencionado nesse trabalho, estudos sobre territórios da prostituição não se apresenta como algo novo no âmbito da geografia brasileira, figurando como

pioneiro nesse sentido, a análise de Ribeiro e Mattos (1996) acerca da prostituição na área central da cidade do Rio de Janeiro. Esses autores conceituam territórios de prostituição como decorrentes da

apropriação, durante um certo período de tempo de uma rua ou um conjunto de logradouros por um determinado grupo de prostitutas, “michês” e travestis, que através de uma rede de relações, da adoção de códigos de fala, expressões, gestos e passos, garantem e legitimam essas áreas como territórios para a prática de tal atividade, estruturada, outrossim, através da violência explícita. (RIBEIRO, 2008, p. 8).

Nesse estudo, assim como em Ribeiro (2002), tem-se uma descrição detalhada da organização do espaço correspondente à área central carioca em termos dos vários usos e significados atribuídos ao mesmo, bem como suas temporalidades. Assim, o espaço em questão, que durante o dia é caracterizado como um local de comércio e serviços diversos, representados por atividades de lazer, hotéis, instituições financeiras, órgãos culturais, serviços públicos, dentre outros (RIBEIRO; MATTOS, 1996, p. 65), à noite transforma-se, sendo tais usos sucedidos por outras práticas sociais e espaciais, a exemplo da prostituição, geradora de territórios cujos principais aspectos são retratados com acuidade pelos autores.

Enquanto elementos integrantes da organização do espaço urbano carioca, os territórios de prostituição são demarcados pelos limites das territorialidades específicas dos diversos grupos de mercadores do sexo⁴ ali encontrados, sendo as práticas de apropriação desses espaços públicos, conforme observação de Ribeiro e Mattos, diferenciadas quando se compara travestis, mulheres de programa e michês⁵. Importante destacar que os autores, ao delimitar e analisar os territórios de prostituição correspondentes aos diversos segmentos acima, não o fazem de maneira desassociada de outros elementos desses espaços. Assim, explicam a constituição dos territórios de prostituição como decorrente do próprio ambiente criado por outras atividades

⁴ Forma como Mattos e Ribeiro (2002) designam genericamente as mulheres, travestis e homens que se prostituem.

⁵ De acordo com Ribeiro e Mattos, o termo michê é portador, atualmente, de dois sentidos, sendo que um faz referência ao cliente que o utiliza como gíria, “fiz um michê”, expressando, dessa forma, a realização do ato sexual como produto da prostituição. O outro sentido, utilizado no texto acima, diz respeito à “jovens que não abdicam dos protótipos gestuais e discursivos da masculinidade em sua apresentação perante o cliente” (PERLONGHER *apud* RIBEIRO E MATTOS, 1996, p. 61).

constituintes desses espaços, às quais ligam-se também, o surgimento de outras “territorialidades de excluídos da sociedade [...] tais como dos catadores de papel, dos sem-teto, dos menores de rua, dos guardadores de carros (os “flanelinhas””, vendedores de drogas, entre outros (RIBEIRO E MATTOS, 2002, p. 60).

CAPÍTULO 3: O drama travesti ao rés do chão

3.1 Relatos, usos e temporalidades

Marcava quase vinte e duas horas quando eu, a pesquisadora, e mais dois rapazes chegamos ao bairro Vila Bretas através da avenida Juscelino Kubitschek, de onde partimos, seguindo pela Rua Sinval Rodrigues, conhecida como “rua do come em pé”, rumo à Empresa de Transportes Coletivos Valadarense em cujas imediações podem ser encontradas travestis e mulheres batalhando⁶. Era fevereiro e fazia muito calor. Nas ruas, o movimento incessante de ônibus levando para casa trabalhadores e estudantes misturava-se ao vaivém de carros e corpos, alguns apressados, outros, nem tanto; todos, porém, iluminados por um céu claro e estrelado.

Como não conhecia e nem era conhecida na “área”, solicitei ajuda a um amigo que, por ser primo de umas das travestis que lá se prostituía, tornaria mais fácil, como de fato aconteceu, minha entrada em campo. Ao aproximarmos de um grupo de cinco ou seis travestis que se encontrava na esquina da “rua do come em pé” com a rua Juiz de Paz José de Lemos, meu acompanhante assim interrompeu: “Boa noite! Vocês sabem se a Akira tá por aqui?”, pergunta a qual as travestis prontamente responderam apontando para um bar situado a uns poucos metros dali. “Tá ali no Bar da Loira”. Agradecemos e seguimos até o referido bar que destacava-se de outras construções da mesma rua devido à combinação de cores que tingem sua fachada: rosa e amarelo intercalados com o preto das letras que significam o nome do bar.

⁶ Parte do dialeto utilizado pelas travestis entrevistadas, o termo batalha é empregado como sendo sinônimo de prostituição. Seu sentido, como acertadamente aponta Ferreira, faz referência às dificuldades relacionadas a essa atividade como a concorrência, ganhos incertos, o frio e a violência, tanto entre as travestis quanto entre essas e outros grupos como clientes, passantes, marginais e/ou outras categorias de profissionais do sexo (FERREIRA, 2003, p. 4).



(Foto 1) O Bar da Loira, na rua “do come em pé”

Freqüentado pelas travestis, alguns de seus clientes e outras pessoas que ali encontram bebidas, comidas, máquinas para a compra de músicas e mesas de sinuca, o Bar da Loira não tem suas portas abertas todos os dias, já que, como nos informam algumas travestis, o bar não é a principal atividade exercida por sua proprietária que também é cabeleireira em um salão próximo dali. Chegamos à porta e logo avistamos uma mesa composta por um grupo de travestis acompanhadas por Daiane, uma “puta”, como as primeiras gostam de se referir às mulheres que se prostituem em território vizinho ao seu. Como pude observar no período em que estive em campo, Daiane é uma das poucas mulheres de programa que tem permissão para transitar livremente pelo território das travestis, o que pode ser explicado pela estreita amizade entre ela e as travestis presentes naquele bar, com as quais dividia, ainda, um quarto na casa da cafetina Wanda, localizada próxima dali, a uns dez minutos de caminhada.

Feitas as apresentações, foi-me solicitado que falasse, aos presentes, no que consistia essa pesquisa, seus objetivos e metodologia. Comecei explicando que se tratava de um trabalho de conclusão de curso e quando já estava quase terminando minha explanação fui interrompida por Akíra, que acompanhava com bastante atenção: “ah, gente, ela vai escrever um livro sobre a vida da gente!” Concordei naquele mesmo momento com a declaração daquela travesti; primeiro por não se tratar de uma

inverdade, já que uma monografia é uma espécie de livro lido por professores e, talvez, por alguns colegas. Em segundo lugar, o entusiasmo demonstrado pelas travestis diante da possibilidade de ter suas vidas narradas levou-me a perceber que a idéia lançada por Akira provocaria, como de fato ocorreu, um maior interesse, facilitando, dessa maneira, minha interação com aquele território.

A conversa estava bastante animada. Em meio a anedotas e casos sobre suas experiências amorosas, as relações com suas colegas e clientes, tanto no território quanto fora dele, as travestis dirigiam-me perguntas sobre minha vida pessoal, sobre o lugar onde moro e estudo, intercalando às mesmas sugestões acerca do conteúdo desse trabalho como o uso de fotografias, as quais deveriam ser tiradas por mim em dia previamente acertado com elas. Esse acerto era, de acordo com as travestis, necessário, pois assim estariam mais “preparadas”, viriam melhor “montadas”⁷, mais “arrumadas”.

Permanecemos no bar por cerca de uma hora. Em determinado momento da conversa, demonstrando preocupação em evitar situações embaraçosas, solicitei às travestis que informassem às suas colegas sobre minha presença no território, pedido aceito com frases que deixavam claro que a mim era permitido transitar pelo mesmo. Ao final, quando todos se levantavam da mesa, Gabriela, travesti de vinte e três anos, a oito na “putaria” ou “baixaria” como ela própria e outras comumente se referem aos territórios de prostituição das cercanias, afirma com um ar conclusivo:

Então..., ali, todo mundo já conhece aquilo ali, ó, ali todo mundo já conhece, todo mundo sabe. É o que eu digo, quem é daqui já cresce sabendo que ali é a baixaria. Agora pra quem é de fora é só chegar e perguntar. Todo mundo fala. É só chegar e procurar saber onde é que tem puta na rua e viado na rua, eles já falam logo: procura a valadarense! (entrevista concedida em fevereiro de 2009).

Gabriela tinha razão. O morador de Governador Valadares, quando questionado sobre onde encontrar travestis em condição de prostituição, responde imediatamente: “na Valadarense”⁸. Considerado o mais famoso ponto de prostituição travesti da cidade, o território em questão localiza-se no bairro Vila Bretas, cujo espaço é marcado por uma multiplicidade de usos associados às temporalidades do dia e da noite, os quais serão

⁷ Montar-se, estar montada significa, na linguagem nativa, vestida de mulher.

⁸ Forma abreviada de se referir à Empresa de Transportes Coletivos Valadarense e ao espaço a ela adjacente.

tratados com maiores detalhes nas páginas seguintes. Antes, porém, será feita uma breve exposição sobre a cidade de Governador Valadares no que toca aos principais aspectos de sua população e economia.

Localizado na porção leste do Estado de Minas Gerais, o município de Governador Valadares, de acordo com dados do IBGE para 2007, contava com uma população de 260.396 pessoas (IBGE, 2007). Quanto à economia, a principal contribuição para o PIB (Produto Interno Bruto) advém do setor de serviços, destacando-se o comércio de pedras preciosas e o turismo na sede do município, atividade que se apóia na existência do chamado Pico do Ibituruna, elevação de 1.123m de altitude em relação ao nível médio do mar e que serve de plataforma para a prática do vôo livre.

Além do comércio e serviços, dentre eles àqueles relacionados ao turismo, o qual é responsável pelo desembarque anual de centenas de turistas de todo o Brasil e do mundo, a cidade de Governador Valadares tem sua economia movimentada pela remessa de dinheiro proveniente de trabalhadores valadarenses que migraram para a Europa e, sobretudo, para os Estados Unidos em busca de melhores condições de vida. De acordo com Soares *apud* Martes e Soares (2006), no ano de 1995, 62,7% dos emigrantes valadarenses internacionais remeteram dinheiro à cidade, sendo que boa parte do montante total foi aplicado na compra, construção ou reforma de imóveis, movimentando, dessa maneira, o setor imobiliário e de construção civil, outro pilar da economia valadarense.

É no contexto de uma cidade que apresentou significativo dinamismo econômico nos últimos anos, com cerca de 70% do seu PIB pautado no setor terciário e um IDH (Índice de desenvolvimento humano) em constante crescimento, alcançando nos anos de 1990 “[...] patamares superiores aos registrados para a microrregião e para média estadual” (MARTES; SOARES, 2006, p. 47), que se desenvolve a atividade da prostituição em suas diferentes formas de manifestação, incluindo a prostituição de rua, da qual aquela empreendida por travestis no bairro Vila Bretas constitui-se em apenas um exemplo.

O bairro Vila Bretas é cortado por três importantes vias de circulação: as avenidas Pedro Lessa e Juscelino Kubitschek, essa última conhecida como JK, e a BR 116 que liga a cidade de Governador Valadares ao nordeste e outras partes do Sudeste

do país. Na BR 116, desemboca a avenida Pedro Lessa que assim conecta o centro da cidade aos bairros localizados do lado oposto da BR como Jardim Pérola, Bela Vista, Palmeiras, Turmalina, dentre outros. Ao lado da Pedro Lessa, a avenida JK figura como dois dos mais movimentados corredores urbanos, sendo a última uma via de acesso ao aeroporto e à parte industrial de Governador Valadares, ligando ainda o centro aos bairros Santa Rita, Vila dos Montes, Asteca, Atalaia, Vila Isa, para citar apenas alguns.

Na BR 116, como nas outras duas vias citadas, o tráfego é bastante intenso, tanto de manhã quanto à tarde, ocupadas que estão por ciclistas, automóveis e ônibus levando e trazendo pessoas do trabalho, da escola e das compras, devendo-se acrescentar, para o caso da primeira, o vaivém de caminhões carregados de mercadorias, cujo destino pode ser o próprio município, outro Estado e até outra região.

Além da intensa circulação de veículos observada durante o dia, tem-se para as avenidas JK e Pedro Lessa, na altura do bairro Vila Bretas, uma forte movimentação de pessoas, sobretudo na JK, movimento que se associa aos usos que são feitos desses espaços. O entorno da avenida JK é principalmente comercial e de serviços, estando presentes padarias, postos de gasolina, casas de autopeças, lojas para locação e venda de veículos, lanchonetes, bancas de jornais e revistas e dois grandes prédios públicos onde se oferecem, além de lazer e esportes, cursos profissionalizantes. Na avenida JK podem ser encontrados, também, pequenos prédios residenciais, sendo tal uso, a principal característica da avenida Pedro Lessa, em cujos arredores são encontrados, não obstante, alguns bares, lanchonetes, lojas de roupas, de informática, auto-escola, dentre outros.

Depois do fim do dia e início da noite, quando o fluxo de pessoas e veículos ainda é intenso em função do término do expediente e regresso de trabalhadores para casa, observa-se nas duas avenidas supracitadas um patente refluxo do movimento. Em seus arredores, entre sete e meia e oito horas da noite, em meio aos carros, bicicletas e pedestres, já é possível avistar algumas travestis e garotas de programa avançando em direção à Valadareense, em cujas imediações são formados territórios em virtude da apropriação daquele espaço pelas mesmas para a realização da atividade prostitutiva.

O território de prostituição travesti no Bairro Vila Bretas é formado pela área que vai da esquina da avenida Pedro Lessa com a rua Sinval Rodrigues Coelho, chamada “rua do come em pé”, seguindo por essa última em direção à rua Moreira

Sales, passando, antes, pelo cruzamento com a rua Juiz de Paz José de Lemos, ponto onde se concentra grande número de travestis. Na rua Moreira Sales tem-se, ainda, a apropriação de um pequeno trecho que vai da esquina da rua do come em pé até a barraca de cachorro quente que se situa a poucos metros do encontro com a Manoel Birro, rua que já faz parte de outro território, o das garotas de programa.



Figura 1: Territórios de prostituição das travestis e das garotas de programa no bairro Vila Bretas, cidade de Governador Valadares – MG

Fonte: Imagem do Google Earth de 22 de novembro de 2009 (com adaptação)

Nas ruas que compõe os territórios de prostituição travesti, bem como em suas cercanias, podem ser observadas casas e pequenos prédios de apartamento em cujas portas se vêem, ao longo do dia, o bate-papo entre vizinhos. Ainda durante o dia tem-se certo movimento de pessoas e veículos relacionados ao comércio e serviços oferecidos no bairro, com oficinas de reparo de automóveis, barracas de churrasquinho e cachorro quente, escritórios e garagens de transportadoras dividindo espaço com alguns bares, lotes vagos, duas universidades, uma escola secundarista, além do prédio administrativo

e garagem da empresa de transportes coletivos da cidade, a Valadarense, a principal referência espacial do bairro.

À noite, contudo, a paisagem é outra. Por volta das vinte horas o movimento nas ruas já se mostra fraco. Os vizinhos se recolhem. Boa parte do comércio e serviços fecha as portas, alguns bares mantendo, todavia, seu funcionamento ao lado de outros abertos somente à noite como o Bar da Loira e a casa de forró Fun House que funciona apenas às quintas feiras.

No período da noite, dentre as ruas que formam a zona de prostituição da Valadarense, a Manoel Birro, “a rua do Fun House” como é mais conhecida, é a que apresenta maior movimento, já que é nela onde se localiza o portão para entrada e saída de funcionários da empresa de transportes coletivos, mas, principalmente, por nela estar situada uma das duas universidades particulares do bairro, a qual explica a concentração de ambulantes, bem como a intensa circulação de pessoas que se enfraquece, contudo, com o fim das aulas às dez horas da noite.



(Foto 2) Fachada da Empresa de Transportes Coletivos Valadarense, em cujas imediações se forma a chamada “zona de prostituição da Valadarense”.



(Foto 3) Residências localizadas na rua “do come em pé”, na qual se concentra o maior número de travestis

Como se pode ver a partir do exposto acima, muitos são os usos que se fazem do espaço do bairro Vila Bretas, os quais possuem temporalidades distintas, alguns exclusivos conforme se considera o dia ou a noite. No caso desse bairro, a temporalidade se constitui em um “marcador que se confunde com os espaços, alterando códigos e, assim, os corpos e as relações entre as pessoas” (PELÚCIO, 2007, p. 70). Além da prostituição enquanto atividade ligada à noite, a qual, de acordo com Pelúcio, deve ser vista “como uma categoria temporal e espacial abstrata”, onde há legitimidade para se “transgredir comportamentos que seriam malvistas ou mesmo impensáveis de dia” (2007, p. 70), encontram-se, na Vila Bretas, usos de caráter residencial, comercial e de serviços. O diálogo abaixo, empreendido entre a entrevistadora e as travestis Akíra e Gabriela, ilustra bem essa multiplicidade que caracteriza o bairro:

Gabriela: eles [os moradores] nem vê agente não. Dá 8, 9 horas, fica com medo, tudo tranca a cara, ninguém fica pra fora, só agente, agente e o povo da baixaria. Perto de onde agente fica, ali na rua do come em pé, não tem morador. Naquela parte ali tem só a escola que solta 10 e meia da noite, mesmo assim acabou. Passa todo mundo mexendo, zuando, enchendo o saco, depois disso aí acabou.

Entrevistadora: Eu percebi algumas diferenças aqui quando eu vim de dia, eu percebi que era outra vida....

Gabriela: é bem diferente..... é o lado claro e o lado negro....

Akira: é totalmente diferente. É o que eu te disse aquele dia lá no bar. Durante o dia você vê um ambiente bem familiar, pessoas, gente trabalhando, crianças na rua, brincando, gente indo pra escola, indo trabalhar, pessoas passando pra cima, pra baixo.

De noite não, de noite frequenta ali poucos trabalhadores, né, da valadareense, quem já vai direto procurando um bar ou um fun house no fim de semana pra poder se divertir, o pessoal que sai da faculdade, sai da escola, e o resto, minha filha, já vai pra li procurando a baixaria, mesmo, a putaria... (Entrevista concedida em 20/02/09 na casa da cafetina Wanda).

3.2 – As travestis e sua territorialidade

Após a descrição acima, onde apresentamos um levantamento acerca dos diversos usos e temporalidades presentes no bairro Vila Bretas em Governador Valadares – MG, prosseguiremos nossa discussão acerca do território de prostituição travesti que nele se constitui, concentrando-nos, entretanto, em alguns aspectos da territorialidade desse grupo, tais como a forma como essa se estabelece, suas características e motivações.

Em páginas anteriores foi apresentada uma discussão acerca da natureza do território, o qual se constitui em um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78), acrescentando-se, a essa dimensão política, uma outra de caráter simbólico e afetivo, relacionada à atribuição de sentidos e significados ao espaço de vivência de determinado grupo social (HAESBAERT, 1997, 2002). Ao território circunscreve-se a territorialidade de determinado grupo, a qual, como vimos nas definições apresentadas no capítulo 1, encontra-se intimamente relacionada ao poder, materializando-se na mobilização e na defesa, por parte de determinado grupo, de interesses cuja realização torna-se possível a partir do controle sobre uma área geográfica – o território.

No caso específico das travestis prostitutas da Valadareense, pode-se afirmar que sua territorialidade é definida através de um conjunto de práticas e comportamentos por meio dos quais essas controlam e defendem seu território, garantindo, dessa maneira, seus interesses no mesmo. Em nossas incursões a campo, tivemos a oportunidade de

observar alguns elementos que compõe a territorialidade dessas travestis, a qual configura-se na relação com outros atores, externos ao território analisado, dentre eles garotas de programa, bichas-boys⁹ e outras travestis - “viados” ou “bichas de fora” como as travestis territorializadas na Valadareense comumente se referem aquelas não pertencentes ao grupo. Cabe, a partir de agora, retratar como se dá a interação entre esses atores externos e as travestis que se prostituem no território em questão, o papel que nela desempenha o espaço, apontando a complexidade das relações marcadas por disputas, intrigas e violência explícita, mas também por afeto, amizade e cumplicidade, desenhadas a partir de um sentido compartilhado de identidade do grupo entre si e deste com o seu território.

3.2.1 - Travestis *versus* Bichas-boys

Quando questionado a respeito de sua identidade, sobre quais características a pessoa deve possuir para que seja considerada uma travesti, o grupo pesquisado apontou três elementos: o uso de roupas e acessórios femininos, a ingestão de hormônios e a aplicação de silicone. “Travestis são homossexuais que vivem montadas¹⁰ vinte e quatro horas”, diz Akíra enquanto conversamos no Bar da Lora, local de nosso primeiro encontro. “Mas não é só isso não”, acrescenta Ludmila Thalia de vinte e cinco anos, para quem uma verdadeira travesti, além de vestir-se de mulher, “tem que tomar hormônio e depois colocar silicone”. “Tem que ter peito”, afirma apontando com orgulho para o próprio corpo, bastante feminino, moldado a partir da aplicação de silicone nas nádegas, quadris, seios, lábios e maçãs do rosto.

A definição apresentada acima mostra-se, de acordo com observações feitas em campo, importante para a própria compreensão da relação estabelecida entre as travestis e as bichas-boys, essas últimas vistas por aquelas e por elas próprias como uma categoria à parte, apesar de, igualmente, “se montarem” e serem homossexuais. Por

⁹ Parte de um conjunto de termos peculiares ao grupo estudado, as bichas-boys é a maneira como são chamados aqueles homossexuais que “se montam”, ou seja, vestem-se de mulher apenas à noite, momento em que “descem para a rua”. São também chamados de “gays montadas”, “as gays” e “gayzinhos”.

¹⁰ Montar-se, estar montada significa, na linguagem nativa, vestida de mulher.

operarem apenas uma transformação provisória ou parcial, já que não se “vestem de mulher vinte e quatro horas”, não tomam hormônio e não possuem silicone, as bichas-boys são vistas pelas travestis como “os outros”, cuja presença significa uma ameaça aos interesses das mesmas, os quais devem ser garantidos a partir da mobilização e defesa do território.

Antes de prosseguirmos em nossa exposição acerca das relações entre travestis e bichas-boys, convêm um breve parêntese para que possamos estabelecer duas considerações. Uma delas versa sobre a produção, nesse trabalho, de um entendimento do que seja travestis bastante afinado com a conceitualização de Pelúcio (2007) apresentada no capítulo 2 dessa monografia. Nesse sentido, a pesquisa de campo junto às travestis de Governador Valadares mostrou que trata-se “de pessoas que se entendem como homens que gostam de se relacionar sexual e afetivamente com outros homens”, expressando sua sexualidade a partir da inscrição, em seus corpos, de símbolos tidos pela sociedade como próprios do universo feminino (PELÚCIO, 2007, p. 37). A outra diz respeito à pluralidade que caracteriza a forma de se viver a travestilidade¹¹, não se constituindo as travestis de Governador Valadares, do mesmo modo que aquelas estudadas por Pelúcio (2007), um bloco monolítico e homogêneo.

Dessa maneira, em conformidade com a experiência dessa autora junto às travestis de São Paulo, conhecemos, em Governador Valadares, pessoas que se autodenominavam travestis, mas que não haviam colocado silicone como Flor, de 25 anos, que assim explica sua condição: “não coloquei silicone porque eu não posso. Meu sangue não aceita”. A diversidade de situações aparece na fala de praticamente todas as travestis entrevistadas, dentre elas Rubi, em cuja entrevista foi marcante a preocupação em demarcar as diferenças existentes no interior do grupo, não apenas em termos corporais como a ingestão ou não de hormônios, a presença ou não de silicone e o recurso a um cirurgião plástico ou a uma outra travesti para a sua aplicação, mas também em termos dos objetivos de cada uma, dos comportamentos dentro e fora do território em questão, das performances sexuais perante o cliente, entre outros.

Após essa rápida digressão, voltemos a tratar das bichas-boys e suas relações com as travestis territorializadas no bairro Vila Bretas, as quais, como mencionado acima, resistem à presença das primeiras em seu território, uma resistência baseada,

¹¹ Sobre esse conceito ver nota 1, na página 15 desse trabalho.

sobretudo, na disputa por clientes, já que, de acordo com Gabriela, “elas tiram da gente, tomam nosso clientes!”, se vestem de mulher e se prostituem de “zueira, só pra fazer gracinha”.

As bichas-boys são vistas, pelas travestis entrevistadas, como pessoas covardes por não terem coragem de levar o seu processo de transformação até as últimas conseqüências, dadas pela transmutação de seu corpo de homem em um corpo de “formas e carnes arredondadas” (PELÚCIO, 2007), simulacro de corpo de mulher. Assim, por não possuírem um corpo feminino, moldado a partir do uso de hormônio e silicone, as bichas-boys são consideradas pessoas que não precisam trabalhar na prostituição, pessoas que, segundo Janete, “poderiam tá trabalhando em qualquer outra coisa, mas que vem pra rua fazer vício”, ou seja, fazer sexo de graça, por prazer e diversão, o que acaba prejudicando, como mostra Gabriela, àquelas que sobrevivem do dinheiro do programa:

Às vezes vem e bicha boy e vesti de mulher de zueira. Nós temos obrigações e preocupações. Eu pago diária, todo dia 15 reais tem que ta na mão da mulher onde eu trabalho, aí vem uma bicha boy vestindo de mulher, só pra fazer gracinha, às vezes nem faz programa, as vezes um cliente que me paga 30, 40 reais, 20, 10, seja o que for, paga pra essa bicha boy que tá vestida de mulher e ela não sabe que é meu cliente, entra por 5, por 10 e não é nem questão do dinheiro, é só pra transar mesmo, fazer e graça, aí acaba prejudicando. E vai saber também se tá fazendo programa, se não é vício, se não tá fazendo de graça. Por que isso atrapalha, pega ela que é cara nova, que não frequenta a rua todos os dias, ta indo lá por cortiço, não paga ela, ela vai fazer de graça, vai fazer amor, é capaz de até sair apaixonada com o homem, entendeu? e agente toma no rabo porque agente tem compromisso, tem diária pra pode pagar e a bicha chegou e..., entendeu!? (*Entrevista concedida em fevereiro de 2009*).

A idéia sobre as bichas-boys apresentada acima, de que são pessoas que não precisam estar na rua trabalhando com prostituição, revela certa consciência das travestis entrevistadas sobre o lugar a elas destinado pela sociedade, em função da abjeção de seus corpos, como discutido a partir de Macdowell, no capítulo 2 dessa monografia. As travestis de Governador Valadares parecem saber que a ininteligibilidade e ilegitimidade de seus corpos relacionam-se à sua recusa em se comportar de acordo com as normas que estruturam a construção dos corpos e a vida sexual. Sabem que, por rejeitarem “a anatomia carregada de regras e as regras que

atribuem significado às anatomias”, rechaçando a “própria polaridade binária pela qual se manifesta a norma” (MACDOWELL, 2008, p. 5), são vistas pela sociedade como não sujeitos, aos quais são destinados os espaços impuros, não legítimos como aqueles onde ocorrem a atividade da prostituição.

Os indícios da existência de certa consciência acerca do processo descrito acima estão presentes nos depoimentos de várias travestis, à exemplo de Ludmila Thalia de 25 anos, a qual, quando questionada sobre os motivos que a levaram a trabalhar com prostituição de rua, afirma com uma expressão que mistura a indignação e o cansaço de quem passou os últimos dez anos batalhando¹²: “ah, eu já trabalhei no lava jato, antes, eu tinha uns 14 anos. Aí, quando eu me assumi eu tinha 15; e aí eu vim pra rua e vim pra rua porque a sociedade não dá outro trabalho pra gente”. A clareza de que a prostituição é o preço pago pela ambivalência gerada por seus corpos, pela ousadia da inscrição, em seus corpos de homens, de seus desejos de parecer mulher, de se passar por uma, aparece, também, na fala de Akira à respeito das bichas-boys:

É que quem ta ali é quem vive, quem depende do dinheiro da prostituição. Elas (as bichas-boys) não. Muitas têm papai, mamãe, mora dentro de casa com papai, mamãe. Sabe por quê? Por que aqui, ó, uma coisa é uma bicha-boy andar de dia. Uma gay andar de dia é normal. Agora, põe uma travesti pra andar de dia. É o centro das atenções. É a mesma coisa de vc sair com uma melancia na cabeça, todo mundo vai te olhar, todo mundo te reparar. Então, poxa, vai viver dentro da casa do papai e da mamãe, tendo do bom e do melhor e só de noite quer vim pra rua ganhar dinheirinho, vestido de mulher pra poder dá o cuzinho, pra poder ganhar dinheiro (Entrevista concedida em fevereiro de 2009).

Como pode ser percebido a partir dos trechos das entrevistas reproduzidos acima, as travestis da Valadarense resistem à presença das bichas-boys em seu território. Isso por que, apesar de haver, entre essas últimas e as primeiras, certa convergência no que tange à linguagem utilizada, ao uso de roupas e acessórios femininos e até mesmo em termos de *performance* sexual frente ao cliente¹³, as bichas-boys são vistas pelas

¹² O termo batalha, como visto, é empregado como sendo sinônimo de prostituição. Para uma explicação mais detalhada ver nota 5 na página 22 dessa monografia.

¹³ Assim como as travestis, as bichas-boys podem atuar como passivas ou ativas na relação sexual, de acordo com a preferência do cliente. Observamos na fala de algumas travestis, tanto durante as entrevistas quanto em nossos momentos de conversa informal, que a atuação na condição de ativo durante a relação sexual é motivo de insatisfação e aborrecimento para elas. À esse respeito, o diálogo entre Ludmila, Mirela, Loneida e a pesquisadora é bastante ilustrativo: Ludmila pergunta à pesquisadora: “Você tem

travestis como um grupo distinto do seu, portador de motivações e necessidades que não justificam a presença das mesmas no território e o seu envolvimento com a prostituição. Assim, uma bicha-boy pode até ser aceita pelas travestis desde que ela decida por levar a cabo o seu processo de transformação, desde que opte por “virar uma travesti” como fica claro na fala de Akíra reproduzida abaixo:

As últimas três que tavam descendo¹⁴ montando. Eu falei: não queridinhas, não é assim não! Juntamos todo mundo, conversei com a Ludmila, conversei com as outras bichas e todo mundo falou: Ó gente, vão dá um jeito, vamos conversar..., chamei todas elas e falamos para as três: ou vira travesti ou vaza! Hoje todas as três estão virando travestis. Laisla já colocou silicone. Suzi tá se hormonizando direito, tá virando travesti, ta aí na rua, praticamente todo dia com a gente e a Lauane que vai colocar o silicone dela também, já colocou, né?! Então assim, a mesma coisa vai ser daqui um tempo com Brenda Lee e a Rafael. Quer descer, vai descer, mas vai descer e vai tomar hormônio e colocar silicone (*Entrevista concedida em fevereiro de 2009*).

Como visto, as bichas-boys representam uma ameaça aos interesses das travestis territorializadas na Valadareense, já que a presença das primeiras resulta na diminuição dos ganhos das segundas com a atividade de programa. Assim, diante das investidas das bichas-boys em seu território, as travestis se unem, conversam, deliberam, mobilizando-se no sentido da defesa de seus interesses os quais são assegurados a partir do controle do espaço, como ficou explícito na fala de Akíra: “Juntamos todo mundo, conversei com a Ludmila, conversei com as outras bichas e todo mundo falou: ó gente, vão dá um jeito, vamos conversar..., chamei todas elas e falamos para as três: ou vira travesti ou vaza!”.

Deste modo, para permanecerem no território das travestis, as bichas-boys devem demonstrar que “precisam”, devem provar que o trabalho com prostituição é uma necessidade e não apenas um “vício”, “zueira” ou “gracinha” como afirma

curiosidade de saber como é a vida da gente, né!? Pois é. Você já sabia que a gente só come e quase não dá o cú. Os homens só vem aqui dá o cú pra gente...essa é a realidade da gente!” *Pesquisadora*: “Mas vocês têm algum tipo de exigência em relação a isso, quer dizer, vocês...,” “ah, minha filha, interrompe *Loneida*, mas é isso mesmo o que os homens querem, eles querem uma travesti linda e maravilhosa com um pau debaixo das pernas!” *Mirela* acrescenta: “Agente faz tudo isso pra gente, né. Tem que ganhar dinheiro, agente precisa de dinheiro, né, então agente tem que fazer de tudo” (Diálogo ocorrido em junho de 2009).

¹⁴ “Descer” e “cair” são termos da linguagem nativa que possuem o mesmo sentido. Assim, quando as travestis dizem “elas estavam descendo” ou “quando eu caí” estão se referindo ao ato de ir para a rua e envolver-se com a prostituição.

Gabriela. Tal demonstração ocorre quando uma bicha-boy decide-se por “virar uma travesti” e inicia o seu processo de transformação, o que é visto também como uma manifestação de coragem. Nesse ponto, cumpre fazermos uma observação, a qual versa sobre a presença e aceitação, no território, de duas bichas-boys, ambas consideradas “antigas”, “mais velhas” ou “veteranas”: Dona Roma, de 40 anos e Max, mais conhecida como Gabrielle Savassi Castelmari, de 23 anos.

Quanto às duas bichas-boys acima, o trabalho de campo mostrou que a aceitação das mesmas está relacionada ao tempo em que atuam no território em questão. A primeira, Dona Roma, figura, ao lado de Wanda, 49 anos, como as duas mais “antigas” do ponto de prostituição, ambas freqüentando a Valadareense a pouco mais de 20 anos, o que, de certa forma, explica o respeito dispensado a elas por parte das demais. No caso de Dona Roma, o respeito e consentimento à sua presença se dão à despeito da mesma freqüentar a “rua” apenas por “vício” ou, ainda, “de esporte”, essa última expressão, assim como a primeira, denotando o ato de não cobrar pelo programa. Quanto à Gabrielle, seus 10 anos de trabalho na Valadareense aliados à existência de profissionais do sexo “mais novas” no território faz com que ela seja considerada também uma “antiga”, embora pertencente, de acordo com mapeamento feito pelas próprias travestis, à geração seguinte àquela de Wanda e Dona Roma. Em vários momentos de sua entrevista, Gabrielle se recorda das dificuldades enfrentadas por ela por ocasião de sua chegada ao território, o que é demonstrado a partir da passagem abaixo:

Gabrielle: Olha, na época que eu cheguei aqui eu tive que me impor, tive que conquistar e manter meu espaço...., né, aquelas coisinhas que você sabe, né!?

Pesquisadora: E como é que você se impôs?

Gabrielle: Ah, eu cheguei, botei a minha barraca e disse: daqui eu não saio e daqui ninguém me tira. E elas tentaram me tirar..., mas hoje não, hoje tá tudo normal. Conquistei meu espaço, conquistei a amizade de todas. Eu creio que todas gostam de minha pessoa e eu também gosto delas (*Entrevista realizada em junho de 2009*).

3.2.2 - Travestis *versus* Garotas de programa

Como mencionado na seção 2.1 desse capítulo, adjacente ao território travesti encontra-se outro território de prostituição: o das garotas de programa, composto pela rua Manoel Birro, onde se localiza a casa de forró Fun House, e por um trecho formado pelo encontro dessa última com a rua Juiz de Paz José de Lemos, seguindo pela mesma até a esquina com a rua Jair Rodrigues Coelho. Esses dois territórios, como visto, formam a famosa “zona de prostituição da Valadareense”, a qual é palco de constantes conflitos envolvendo os dois grupos nela territorializados, desentendimentos motivados, de acordo com relatos das travestis e mesmo presenciado durante o trabalho de campo, pelas recorrentes investidas das garotas de programa em seu território.

Assim como as bichas-boys, as garotas de programa são vistas pelas travestis como uma ameaça que deve ser afastada a partir da proibição da permanência das mesmas em seu território, o que é evidenciado a partir da fala de Gabriela: “passar pelas ruas que agente fica elas podem passar. Todo mundo se conhece. Só que elas ficar nas nossas ruas não dá. Nós não aceitamos”. A resistência demonstrada pelas travestis deve-se, em grande medida, à disputa por clientes, já que, quando juntas, travestis e garotas de programa dividindo o mesmo espaço, as segundas levam vantagem, “ganham muito mais”, como afirma Flor. Isso porque, de acordo com vários depoimentos colhidos, os homens ficam com vergonha de escolher uma travesti tendo por perto uma mulher, situação assim explicada pela experiente Débora, transexual recentemente operada e que a 15 anos frequenta o referido ponto de prostituição:

“[...] quanto a isso eu acredito que é porque..., às vezes pára um carro e se for mulher, uma travesti e um gay..., eu acho que é mais difícil pro homem, né?!, pelo machismo dele. Aí, na maior parte das vezes ele pega uma mulher só pra dizer que é homem”.

Além de significar menores ganhos com a atividade de programa, essa suposta preferência do cliente pelas garotas de programa é percebida pelas travestis mais transformadas, isto é, as bombadas e as plastificadas¹⁵, como uma ofensa, uma

¹⁵ De acordo com a categorização empreendida pelo grupo, as “bombadas” designam as travestis que possuem o corpo “feito” a partir da aplicação de silicone industrial, operação tida pelas mesmas como arriscada e dolorosa, o que faz com que as travestis que nela se aventuram sejam admiradas e vistas pelo grupo como bastante corajosas. Já as plastificadas, como afirma Akira, “são aquelas que fizeram plástica

humilhação, pois elas se consideram mais femininas e atraentes, possuidoras de um “corpo mais bonito” do que o de muitas mulheres, inclusive daquelas que se prostituem no território ao lado do seu. Assim, diante da ameaça representada pelas garotas de programa, as travestis se mobilizam de maneira a mantê-las longe de seu território, o que pode ser exemplificado através da discussão presenciada por nós e reproduzida abaixo, onde temos, de um lado, as travestis Loneida, Ludmila e Mirela e, de outro, uma garota de programa que naquele momento atendia ao chamado de um cliente na esquina da rua do “come em pé” com a rua Moreira Sales:

Ludmila: Quem é aquela mulher que tá trabalhado aqui, Loneida?

Loneida: ei, aqui não, querida!

Mirela: Já entra e sai voada!

Loneida: Essas mulher tão atrapalhando a gente. Nós vamos dar um jeitinho nessas mulheres!

Mirela: Já entra e sai voada!

Ludmila: Nem pegou ela (o cliente). Ele sai comigo. Ele parou muito lá embaixo. Ai, eu não vou lá não, ele parou muito longe...vai lá Loneida, arrasa com ela!

Loneida: vem cá fofinha, vem cá pra gente conversar. (chama a garota de programa enquanto bate uma mão na outra denotando impaciência). Vem cá pra gente conversar!

Garota de Programa: o que foi, meu amor?!

Loneida: Vem cá pra eu te falar um negócio... Pode vim cá, minha filha, eu não vou te bater não. Pode vim cá. Nós vamos só conversar, meu bem. Temos algo a falar pra...

Garota de programa: Eu sei, ué

Loneida: Deixa eu falar com você, filha, nós estamos falando com as meninas, vocês tão tudo vindo pra cá...

Garota de programa: Eu não, eu já ia passar nessa rua pra mim poder ir pra lá

Loneida: não atende (o cliente). Fala pra ele: querido, aqui eu não posso te atender. Vai pra rua de trás...

Garota de programa: Eu sei. Aqui é suas esquinas. A nossa é a de lá, né!?

com o médico”, ou seja, são as travestis que possuem o corpo moldado por próteses de silicone, valendo, como visto a partir da fala da travesti citada, de ajuda especializada.

Loneida: Pra evitar confusão com vocês, sabe por quê? Se vocês tem conhecido marginal e que vocês sai, agente também sai. Então agente não quer confusão. Ninguém aqui gosta de confusão!

Garota de programa: Gente, eu não gosto de problema, eu não gosto de confusão, graças a Deus! Em desde de muito tempo eu fui cafetina, e eu não gosto de problema.

Mirela: E lucro pra lucro pra marginal as bichas também dá!

Garota de programa: Graças a Deus eu sou humilde demais, nossa senhora...

Loneida: Não, não tem ninguém querendo caçar confusão com vocês aqui. Agente, primeiro, agente tá conversando, porque se continuar aqui, agente vai pôr pra correr... Agente tá conversando e tudo...

Garota de programa: Eu sei!

Loneida: Pois é. Tem umas que são abusadas...

Ludmila: Eu falei pra ela, agente fundamos isso aqui há séculos atrás....

Loneida: se você tiver passando e alguém parar, você fala assim: na rua de trás!

Garota de programa: Se eu tiver passando e alguém parar eu falo aqui não é lugar de eu parar não, né. O meu lugar de parar é lá, igual eu falei com ele. Aqui não é lugar de eu parar não, bobo. Aí eu falei assim: você tá querendo falar com as meninas? Aí ele pegou e falou assim: é. Aí eu falei: então sai vazado, ué. Eu passei aqui nessa rua porque....eu passo assim subindo, sabe, e viro...saio andando, mas eu não gosto de parar aqui não.

Loneida: tá bom! Tchau filha!

Ludmila: Da próxima vez tá multada!

Loneida: Da próxima vez vou deixar ir e quando voltar eu quero o dinheiro do programa na minha mão...me dá porque se não é babado¹⁶!

Ludmila se dirigindo à pesquisadora: Em toda parte do Brasil tem disso: Mulheres de um lado, travesti de outro e bofe¹⁷ de outro, né?! Tem que ser assim pra não ter confusão!

Como visto, a territorialidade das travestis é dada por um conjunto de práticas e comportamentos por meio dos quais essas defendem seus interesses, fazendo-os valer em seu território. Tal territorialidade decorre, como será visto no próximo capítulo, do uso e apropriação das cercanias da Valadareense por parte das mesmas, o que dá origem a uma identidade territorial expressa a partir de um conjunto de elementos responsáveis

¹⁶ “Babado” no sentido aqui empregado significa confusão, tumulto, conflito.

¹⁷ A palavra “bofe” possui o mesmo sentido que michê. Para um maior esclarecimento sobre esse último termo, ver nota 4 da página 21 desse trabalho.

pela identificação e diferenciação daquele espaço em relação ao restante do bairro Vila Bretas e à cidade de Governador Valadares em geral.

Assim, os corpos ambíguos das travestis, suas roupas, saltos, olhares e maquilagens, bem como suas práticas eróticas anunciadas pela linguagem corporificada em seus gestos e falas constituem, todos, símbolos de seu território, os quais, juntamente com um conjunto de códigos e regras tácitas de comportamento, devem ser reconhecidos, tanto pelos membros do grupo quanto por elementos externos ao mesmo como clientes e garotas de programa. No que toca a essas últimas, deve-se destacar, a pesquisa de campo mostrou que a identidade territorial travesti gerada pelos elementos acima é demarcada e afirmada em oposição à identidade territorial das mesmas, uma diferenciação vista pelas travestis como necessária, o que explica o constante esforço dispensado pelas mesmas em manter distante de seu território as garotas de programa.

A zona de prostituição da Valadarense é composta, dessa maneira, por duas identidades territoriais distintas, uma das travestis e outra das garotas de programa, cada qual constituída por marcas que devem ser facilmente reconhecidas e diferenciadas na paisagem. Isso é importante, de acordo com Isabelle, para que os clientes saibam “onde é que tá o que eles procuram”, já que, prossegue a travesti, “tem muito homem que confunde travesti com mulher e mulher com travesti”. Desse modo, quando questionado sobre o porquê de existirem áreas separadas para travestis e garotas de programa, o grupo estudado fornece respostas muito similares àquela apresentada por Ludmila Thalia que assim explica:

Agente não pode ficar junto não porque dá confusão. Tem que ter essa separação porque os clientes quando chegam, tem que saber aonde procurar mulher e aonde procurar travesti, né!? Porque se fica tudo misturado agente não vai saber pra quem parou o carro e isso não dá certo porque depois o cliente diz: ah, eu pensei que você era mulher e isso pode dar babado, dá confusão, até agressão..., então, pra evitar da gente ter que descer do carro agente fica separada. O homem quando pára pra gente tem que ter certeza que agente é travesti. (*Entrevista realizada em junho de 2009*).

3.2.3 - Travestis versus travestis “de fora”

Travestis “de fora” é a maneira pela qual o grupo territorializado na Valadarenses se refere às travestis não pertencentes ao mesmo. Do mesmo modo que as bichas-boys e as garotas de programa, as travestis “de fora” *podem* representar uma ameaça aos interesses do grupo pesquisado, suscitando, assim como nos casos estudados acima, o delineamento de uma territorialidade a qual se configura no sentido de garantir o respeito às regras e a manutenção das relações estabelecidas em seu território, um ordenamento que, segundo as próprias travestis, é necessário para o sucesso das atividades realizadas por elas, dentre as quais, a prostituição.

As travestis “de fora” são constituídas, de acordo com a categorização apresentada pelas travestis pesquisadas, por dois grupos: um composto pelas travestis residentes em Governador Valadares e o outro formado por aquelas originárias de outras cidades. Tal diferenciação é importante, pois institui a base sobre a qual se estabelecem os critérios de aceitação, os quais, conforme será visto a seguir, são diferentes para os dois grupos acima. Antes, contudo, cabe aqui uma observação. Trata-se de ressaltar que a possibilidade de ameaça representada pelas travestis “de fora” não diz respeito, pura e simplesmente, a uma disputa por clientes dentro de uma lógica que determina que quanto maior o número de travestis na rua menores são os ganhos de cada uma. Isso porque, como garante Wanda, a abundância de travestis batalhando¹⁸ em determinado lugar pode “até ser boa pro negócio da gente”, já que, de acordo com a travesti:

[...] quanto mais gente na rua, mais roda homem. Os homens gostam de passar na rua e ver muita bicha, muita puta, porque quanto mais gente tem na rua, mais roda homem. Zona sem mulher dá movimento? Não dá. Zona só dá movimento se tiver muita puta. Quanto mais putas dentro de uma zona, mais homens vão entrar porque chama, entendeu?! A mesma coisa na rua. Quanto mais viado mais homens vai rodar por lá. (entrevista concedida em fevereiro de 2009).

Pois bem, no caso das travestis “de fora”, mas que residem em Governador Valadares, o acesso e permanência das mesmas no território pesquisado são permitidos desde que venham acompanhadas por uma travesti que atua na área, a qual será a sua

¹⁸ O termo batalha, conforme explicado na nota 5 da página 22, diz respeito à atividade de prostituição.

madrinha. A madrinha, de acordo com a definição apresentada pelo grupo, é aquela responsável por ensinar à sua afilhada sobre as regras de funcionamento do território, bem como sobre as formas de abordagem e o trato com os clientes. Deve-se mencionar que a exigência do amadrinhamento vale também para as bichas-boys que chegam ao território de prostituição em questão. A essas, além de informar sobre como se comportar perante o cliente e sobre a rede de relações inscritas no território, as madrinhas devem auxiliá-las em seu processo de transformação, instruindo-as sobre o uso de hormônio e a aplicação do silicone, além de lhes dar dicas sobre como valorizar o corpo de maneira a parecerem mais atraentes.

Por último, à madrinha cabe “responder pelos atos de sua afilhada”, sendo convocada a comparecer perante as outras travestis e intimada a “dar um jeito” sempre que houver um “abuso” ou “afronta” por parte de sua protegida. “Dar um jeito” significa fazer com que a novata tenha um “bom comportamento”, ou seja, fazer com que ela aja de acordo com as normas do lugar, as quais se expressam pela aversão declarada a atitudes tidas pelas travestis como não humildes e desrespeitosas, bem como pela proibição de se cobrar pelo programa um preço mais baixo do que aquele acertado previamente entre elas, roubar ou agredir (a não ser que seja em defesa própria) um cliente no território e convidar para um programa o cliente de outra travesti.

Assim, diante da incapacidade da madrinha em ajustar o comportamento de sua afilhada a um tipo de conduta tido como desejável e aceitável pelo grupo, as travestis se reúnem, conversam e decidem sobre qual atitude tomar em relação a essa última, reação que variará, de acordo com a infração cometida, de uma conversa em tom mais sério e intimidativo até a agressão física e a expulsão do território. O trecho da entrevista concedida por Akira é ilustrativo do que até agora foi falado a respeito das travestis novatas cuja origem é a cidade de Governador Valadares, o papel da madrinha em sua inserção, as relações de poder e sujeição às quais estão submetidas:

A bicha de Valadares, se ela quiser descer pra rua, ela tem que conhecer uma bicha daqui pra poder chegar como madrinha dela, no caso como uma mãe. Porque se ela começar com abuso, não dá. Igual, a Ludmila trouxe a Lauane. Quando a Lauane começou a ficar meio assim, as bicha chegaram e falaram pra Ludmila: “essa bicha tá muito assim, meio nariz em pé e tal e aquilo e aquilo outro”, “ou você dá um jeito ou agente resolve”. Entre nós, as travestis, tem isso sim, sempre teve e sempre continuará tendo. Tem que chegar de cabeça baixa, entendeu?! Tem que chegar e respeitar a cara de quem já tá na rua, das antigas. Não é chegar, porque já é travesti, chegar e levantar a cara e querer bater carão, não.

Tudo é na base do respeito. Um outro caso: a Flor trouxe uma bicha pra cá. Ela chegou, desceu aí, parou na minha frente, sacolejou toda e falou “E aí viado, como é que você tá, tudo jóia?” Eu olhei pra cara dela e falei: viado? Quem é você? “Eu sou fulana de tal” (com uma peruca de plástico na cabeça, uma calça jeans esquisita), “e vim pra cá pra trabalhar”. Trabalhar?! Aonde já se viu isso?! Ela chegar, olhar pra minha cara falando e aí viado, como é que você tá? Eu nem conhecia ela. Ela tá louca. Se eu chegar na cidade de outro viado, me sacolejar toda e botar a mão na cintura e olhar na cara dele e falar e aí viado, como é que você tá, eu já começo levar porrada, querida. Então assim, aqui ela não ficou (*Entrevista concedida em fevereiro de 2009*).

Um “bom comportamento” é, dessa maneira, determinante para a aceitação e permanência das travestis “de fora” cuja origem é a cidade de Governador Valadares, uma exigência que se faz também para o outro grupo de travestis “de fora” mencionado anteriormente: aquelas não residentes na cidade em questão. Entretanto, diferentemente das primeiras cujo acesso ao território é permitido mediante a presença de uma madrinha, as segundas só podem frequentar e trabalhar na Valadarense se se instalarem na casa da cafetina Wanda, onde, por intermédio do pagamento de uma diária de 15 reais, de acordo com a própria Wanda, elas almoçam, tomam banho, dormem e lavam suas roupas.

Considerada por muitas travestis entrevistadas como “uma amiga”, Wanda, 49 anos, é a travesti “mais velha”, “a mais antiga” do ponto de prostituição, decorrendo daí, como pode ser verificado em campo, toda a consideração e respeito dispensados a ela pelas demais, expressos, por exemplo, em pedidos de conselhos acerca de questões envolvendo as relações sociais e territoriais, no silêncio feito quando a mesma vai emitir uma opinião, dentre outros. Deve-se destacar que, apesar de ser recorrentemente referida como “a cafetina da área”, Wanda nega tal denominação já que, segundo ela, “uma cafetina de verdade cobra rua¹⁹ e arranja homens para elas (as travestis) saírem e fazerem o programa, como é feito nas capitais”. Assim, o título de cafetina concedido à mesma parece derivar, além do fato de ser “a mais antiga” da área, da condição de “dona da casa” que acolhe tanto as travestis vindas de outras cidades quanto aquelas naturais de Governador Valadares e que, ou por não quererem ou não poderem morar

¹⁹ “Cobrar rua” significa, de acordo com o grupo estudado, cobrar uma taxa das travestis para que essas possam trabalhar nos locais de prostituição.

com os pais, procuram a casa da cafetina que se localiza a uns 10 minutos de caminhada do território onde trabalham.

A casa da cafetina, como já mencionado, é a única autorizada a abrigar as travestis novatas no território de prostituição e que tem origem em outra cidade. Assim como o amadrinhamento, essa é uma maneira de manter o controle do acesso ao território, de demonstrar poder explicitando, como as próprias travestis gostam de dizer, “quem é que manda aqui”. Além disso, é uma forma de garantir o sucesso do processo de socialização daquelas “que estão chegando”, as quais, justamente por conviverem com travestis que residem a mais tempo na casa, passam a conhecer os códigos e regras de funcionamento do território. Da mesma forma que as madrinhas, as travestis que já moram na casa passam a ser as guardiãs e educadoras das novatas, garantindo com os seus ensinamentos que essas últimas atinjam o desejado “bom comportamento”.

CAPÍTULO 4: Delineamentos acerca da territorialidade travesti em Governador Valadares

No capítulo 1 vimos, a partir dos trabalhos de Haesbaert (1997; 2002), Campos (2000), Damiani (2002) e Baggio (2006), que a territorialidade humana relaciona-se intimamente à apropriação do espaço por determinado grupo social, apropriação que, como discutido, envolve tanto o domínio político do/no espaço, como também a identificação de indivíduos e grupos sociais e a configuração de leituras simbólicas sobre o mesmo.

Já no capítulo 3 mostramos de que forma se estabelece a territorialidade das travestis que se prostituem no bairro Vila Bretas na cidade de Governador Valadares – MG, privilegiando em nossa discussão, contudo, a dimensão política da mesma, a qual se configura na relação com atores não pertencentes ao grupo estudado como as bichas-boys, as garotas de programa e as travestis “de fora”. Pretende-se, nas páginas que se seguem, discutir de que maneira essa territorialidade se relaciona com a apropriação simbólica e afetiva do espaço por parte das travestis, buscando evidenciar os sentidos e significados atribuídos pelas mesmas ao lugar que experimentam cotidianamente e que, justamente por isso, é tornado um espaço vivido e não simplesmente visto (BAGGIO, 2006, p. 167).

4.1 – Sobre a relação entre territorialidade, uso e apropriação do espaço

A territorialidade das travestis que se prostituem no bairro Vila Bretas em Governador Valadares – MG decorre da apropriação do espaço correspondente às imediações da Valadarense por parte das mesmas, tanto em termos materiais e concretos, envolvendo relações de poder que resultam na conformação de seu território, quanto simbólicos e afetivos; uma apropriação que, como sugere Baggio à propósito de seu estudo no bairro de Santa Tereza na zona leste de Belo Horizonte, MG, se relaciona

com o uso cotidiano do espaço; no caso em tela, como já evidenciado, trata-se do uso do espaço pelas travestis para a realização da atividade prostitutiva.

De acordo com esse autor, “o uso cotidiano do lugar, sobretudo nos casos em que houver incidência de práticas sócio-espaciais marcadas por relações mais diretas e regulares com o lugar, e pelo lugar, estabelece uma relação inseparável entre apropriação do espaço e territorialidade” (BAGGIO, 2006, p. 187). Nesse sentido, o uso habitual das imediações da Valadarensense por parte das travestis, o qual implica em sua apropriação política, mas também simbólica, as relações de sociabilidade que se estabelecem entre elas e dessas com outros atores, levam ao delineamento de sua territorialidade, marcada, como visto no capítulo 3, por um conjunto de práticas e comportamentos por meio dos quais as travestis resistem e defendem seus interesses, fazendo-os valer no seu território.

Assim como no caso do bairro supracitado, estudado por Baggio, o uso e a apropriação do espaço pelas travestis pesquisadas fazem com que esse, “gradativamente, se insira numa esfera privada” devido aos investimentos realizados por elas “em seu ambiente, capturando-o e introduzindo-o no seu universo existencial, estabelecendo com ele, ou ao menos com parcelas dele [...] uma relação de aproximação e envolvimento” (BAGGIO, 2006, p. 184). Desse processo resulta a identificação simbólica e o sentimento de pertencimento desse grupo ao seu lugar de vida, os quais, de acordo com Campos (2000) traduzem-se nos valores, sentidos e significados a ele atribuídos.

Em suma, os lugares, segundo Baggio (2006), ganham sentido e significado a partir dos usos que deles são feitos, do conjunto de relações sócio-espaciais que nele se estabelecem. Tais usos e relações, de acordo com o autor, são responsáveis pela criação de representações ou imaginários sociais sobre o espaço, anunciadas, no caso de nossa pesquisa, nos discursos e narrativas das travestis acerca de seu território, das atividades e formas de sociabilidade que nele se inscrevem. Ainda no que tange às representações, em conformidade com as idéias apresentadas por Haesbaert (1997; 2002), Campos (2000) e Baggio (2006), deve-se ressaltar serem esses elementos constituintes da própria territorialidade do grupo estudado, dado que a criação de imagens pelo mesmo acerca de seu território serve como guias de suas ações, influenciando, motivando e

mesmo justificando as atitudes de resistência e defesa de seus interesses, os quais são assegurados por meio do controle do espaço.

Muito diretamente associados às representações das travestis acerca de seu território, os sentidos e significados a ele atribuídos decorrem, dessa maneira, dos usos que dele são feitos pelo grupo que o experimenta cotidianamente, quando, a racionalidade diurna que caracteriza o bairro Vila Bretas dá lugar a códigos, regras e corpos noturnos, todos constituintes de uma forma específica de territorialidade: aquela das travestis que se prostituem nas imediações da Valadareense. E é exatamente sobre os sentidos e significados conferidos pelo grupo ao seu espaço que passaremos a tratar a partir agora.

4.2 – Os sentidos e significados do território

Nos relatos colhidos junto às travestis que se prostituem nas imediações da Valadareense podemos observar certa convergência no que respeita aos sentidos e significados atribuídos ao seu território, bem como à atividade por elas realizadas, a prostituição, a qual, juntamente com um conjunto de símbolos dados pelos corpos, acessórios e práticas do grupo, é responsável pela identificação e diferenciação desse espaço em relação ao restante da cidade de Governador Valadares. Nesse sentido, das 12 travestis entrevistadas, todas, sem exceção, conferiram à “rua”, “pista”, “avenida”, “putaria” ou “baixaria”, todas essas maneiras utilizadas pelo grupo para se referir ao território de prostituição, tanto um sentido positivo quanto negativo, um lugar onde, de acordo com rebecca, 23 anos, “agente encontra momentos bons e momentos difíceis também”, onde “agente encontra felicidade”, mas também “decepção”.

A rua, que de acordo com Pelúcio é uma “categoria espacial e simbólica ligada à noite, à boemia, aos prazeres e à prostituição” (2005, p. 223) não é vista pelas travestis objeto de nosso estudo apenas como um lugar de “sobrevivência”, onde estão pela necessidade de se alimentar, de se vestir e de ter um teto, ou ainda, como afirma Flor, “de comprar uma maquiagem” e de “ter nossos perfumes”; não é apenas o espaço onde trabalham e geram renda, mas também um lugar de liberdade, diversão e prazer, atributos que talvez expliquem o fato de 11 das 12 travestis entrevistadas afirmarem não

deixar de freqüentar a rua mesmo que, algum dia, abandonem a prostituição como fonte de sua sobrevivência.

A rua é para as travestis um espaço gerador de sociabilidades. Na rua elas fazem amizades, conhecem “pessoas boas que passam, juntam com a gente e depois vão embora; pessoas que deixam saudade”, confessa Wanda, a cafetina que a mais de vinte anos freqüenta o lugar. Além disso, a pista é para elas um refúgio, um oásis em meio a um deserto de violência, preconceito e rejeição que marcam o convívio das mesmas em sociedade e, na maioria dos casos, as relações no seio da própria família. “É nas esquinas”, afirma Pelúcio, “que as travestis, muitas vezes, têm a sensação de pertencer a algum lugar, um lugar que começa no corpo de outra travesti” (2007, p.72). Assim é que a fala de Rebeca, reproduzida abaixo, é ilustrativa do sentido assumido pelo território de prostituição enquanto espaço para o qual convergem pessoas que, “cientes de sua inadequação” (Pelúcio, 2007, p. 72), procuram se inserir nas redes de sociabilidade, solidariedade e amizade que nele se inscrevem:

Olha, eu estou com 23 anos. Aqui eu trabalho mesmo a 7 anos, mas que eu freqüento aqui deve ter 10 anos. Eu comecei aqui bem cedo [...]. No começo eu freqüentava aqui pra fazer, tipo assim, eu fazia companhia para as bichas. Antes, meu envolvimento era mais com gays, mas eu achava elas (as travestis) interessantes, uma novidades, né!? [...]. Então eu vinha, conversava e tudo. Eu vinha aqui quase todo dia e ficava aqui conversando com elas, sentada horas e horas e horas né. Aí ela (a Ludmila, travesti que se tornou sua madrinha) foi e falou assim: vem aqui na quarta feira. Vim e ela trouxe uma peruca, trouxe salto, maquiagem, trouxe tudo. E tô aqui até hoje por influência das bichas. A partir daquele dia eu passei a descer²⁰ todos os dias (*Entrevista concedida em junho de 2009*).

No território de prostituição as travestis namoram. “Eu tava ali naquela esquina e conheci o meu marido. (risos) Foi amor à primeira vista”, recorda Ludmila Thalia cuja experiência é muito semelhante àquelas vivenciadas por muitas de suas companheiras, à exemplo de Isabelle, que afirma: “[...] depois que eu vim pra rua tudo o que eu queria eu consegui: um namorado que eu conheci no programa”. A possibilidade de se relacionar afetivamente com alguém, representada pela rua, foi o principal motivo pelo qual Débora, transexual operada a pouco mais de 1 ano e meio, passou a freqüentar o referido ponto de prostituição a quase 20 anos. Nas palavras de Débora:

²⁰ Descer, como explicado na nota 13 da página 33, significa ir para a rua e envolver-se com a prostituição.

Imagina, menina, o que era a vida a 20 anos atrás. As coisas eram mais difíceis, mais preconceito..., então eu decidi vim pra rua e vim, principalmente, por desejo, em busca de companhia mesmo. Vinha porque sabia que os homens que vinham aqui estavam à procura de travestis, de homossexuais” (*Entrevista concedida em junho de 2009*).

De acordo com as idéias de Pelúcio (2005; 2007) e Ornat (2005; 2008a; 2008b), apresentadas no capítulo 2 dessa monografia, o território de prostituição é um dado fundante da identidade travesti, pois figura como um lugar de construção de subjetividades, de aprendizado de comportamentos e de técnicas de transformação corporal, onde, a partir da observação e troca de informações, as travestis incorporam “elementos identitários do universo feminino ao corpo biologicamente masculino, concretizando a transgressão da ordem e da norma heterossexual” (ORNAT, 2008a, p. 52). A análise de Benedetti, apresentada abaixo, reforça a posição defendida pelos autores acima quanto ao papel fundamental desempenhado pelo espaço na própria constituição da pessoa travesti:

É na convivência nos territórios de prostituição que as travestis incorporam os valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos truques e técnicas do cotidiano da prostituição, conformam gostos e preferências (especialmente os sexuais) e muitas vezes ganham ou adotam um nome feminino. Este é um dos importantes espaços onde as travestis se constroem corporal, subjetiva e socialmente (BENEDETTI *apud* PELÚCIO, 2005, p. 224).

Nesse ponto, vale destacar que o trabalho de campo junto às travestis que se prostituem nas imediações da Valadareense é bastante convergente com as observações realizadas pelos autores acima. Assim, vários foram os momentos em que as travestis se referiram ao território de prostituição como um lugar cujo sentido é dado pela possibilidade de realização do desejo de transformação do próprio corpo, a partir do aprendizado de técnicas e comportamentos que possibilitam às mesmas parecer mulher, se passar por uma. Em nossas incursões a campo, ouvimos várias histórias em que as travestis lembravam, em tom divertido, as modificações sofridas por seus corpos, desde a chegada das mesmas ao território, ainda meninos, até o momento atual, as intervenções realizadas, o papel representado pela madrinha e demais companheiras em

seu processo de feminilização. Dessa maneira, o reconhecimento da importância assumida pelas redes de sociabilidade inscritas no território para o processo de construção de um corpo e de adoção de comportamentos que aludem ao feminino aparece na fala de várias travestis, dentre elas Mirela que, quando questionada acerca dos motivos que a levaram para a rua e ao envolvimento com a prostituição, assim responde:

A cidade onde eu morava era muito pequena. Só tinha uma travesti, não dava pra pessoa. Era tudo muito novo pra mim esse negócio de virar travesti, colocar roupa de mulher..., eu queria me aventurar, sabe!? Eu tinha essa fixação. Eu queria ter meu corpo igual de mulher, queria ter meu peito, cabelo grande, queria namorar, me casar...Foi então que eu fugi de casa e vim pra rua. Aí , pra mim sobreviver, eu tive que me prostituir *(Entrevista realizada em junho de 2009)*.

Nos discursos das travestis entrevistadas, a prostituição, assim como a rua, aparece dotada de um sentido positivo, apesar de pesarem sobre ela percepções que a reconhecem como uma falta de opção, uma atividade com a qual se envolveram por “necessidade”, “sobrevivência”, por causa do preconceito e discriminação de uma sociedade que “não dá outro trabalho pra gente”, conforme afirmação de Ludmila Thalia. Interessante observar que a diversidade de entendimentos demonstrados pelas travestis de Governador Valadares quanto à prostituição encontra um paralelo nos relatos das travestis estudadas por Pelúcio (2005) e apresentados abaixo, os quais podem ser tomados como uma síntese das posições semelhantes colhidas por nós em nosso trabalho de campo. Assim, a prostituição é entendida:

como uma atividade desprestigiada, com a qual só se envolveriam por necessidade, saindo dela assim que possível; (2) como uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais e simbólicas; (3) como um trabalho, sendo, portanto, geradora de renda e criadora de um ambiente de sociabilidade (PELÚCIO, 2005, p. 223).

Ainda em consonância com as observações feitas por Pelúcio em sua pesquisa de campo, deve-se destacar que as posições das travestis valadarenses sobre a prostituição, evidenciadas através da citação acima, não são “estanques e definitivas, mas pontos de vista que se entrecruzam e dialogam” (PELÚCIO, 2005, p. 223). Isso

porque, em nossas entrevistas, constatamos ser bastante comum a confluência das percepções apresentadas acima no discurso de uma mesma pessoa, sendo a prostituição vista, ao mesmo tempo, como uma forma de humilhação, fruto da discriminação e do preconceito, um meio de gerar renda e garantir a sobrevivência, mas também como um divertimento, representando, ao lado da rua, um ambiente de aventuras sexuais e de prazer, um espaço de valorização de seus corpos e de seus atributos eróticos. Abaixo, o trecho do diálogo ocorrido entre Flor e a pesquisadora é ilustrativo da diversidade de significações atribuídas pelas travestis à prostituição e à rua enquanto espaço de sua realização:

Pesquisadora: Flor, por que você veio pra rua?

Flor: Ah, vontade, é gostoso..., prostituir é bom demais, muita diversão, muito prazer, muita fantasia...todas essas fantasias eu já fiz. Várias...já dei na porteira, já dei na cachoeira, já dei no Pico do Ibituruna, já dei na santa, já dei na grade, já dei de tela do futebol, já dei de cabeça pra baixo, já dei na cama erótica, já dei na piscina, já dei na lagoa, já dei no rio, já dei de tudo o que é jeito. Pra 5 homens, 15 homens..., despedida de solteiro eu fiquei com 20 homens e ganhei 200 reais. Mas olha, no começo era tudo uma mil maravilha, mas depois, vontade é de sair da rua!

Pesquisadora: Sair por quê?

Flor: Ah, porque a rua já não tá tão boa assim não..., porque acaba, ué, o auge da gente acaba. A estrela vai abaixando, vai pegando fogo...ah, agente vai ficando velha, fica batida, aí os clientes procuram menos agente porque acostumam com gente e querem coisas novas...

Pesquisadora: E você acha que a maior parte das meninas veio pra rua pelo mesmo motivo que você?

Flor: Acho que sim, ué! Porque agente precisa. Vai falar pra mim quem aqui não precisa tá na rua fazendo programa...Todo mundo precisa de comprar um maquiagem, comer bem, se vestir bem, ter seus perfumes...

Pesquisadora: Mas você mudaria de trabalho?

Flor: Mudaria, claro que mudaria. Eu queria ser um ótimo cabeleireiro, profissional. Queria tá na área da beleza. Eu sei trabalhar bem no cabelo. Eu queria tá bem de situação, não queria tá usando droga, não queria tá prostituindo, mas é a vida, né!? Eu escolhi isso pra mim, então é difícil de sair (*Entrevista concedida em junho de 2009*).

A rua, como já mencionado, não é vista pelas travestis apenas como um lugar de amizade e de namoro, de aprendizado de comportamentos e de informações sobre como construir o próprio corpo, mas é também percebida de maneira negativa, enxergada, muitas vezes, como um lugar desprestigiado, decadente e inferior, já que, “aqui dá todo

tipo de coisa que não presta”, diz Loneida referindo-se às diversas categorias marginais que freqüentam as cercanias da Valadareense, bem como às atividades que lá se desenvolvem como o tráfico de drogas e a própria prostituição. Interessante observar que nos discursos das travestis sobre a rua e a sua profissão é clara a associação entre essas últimas e o preconceito e discriminação de que são vítimas. Nesse sentido, as travestis parecem entender que a sua presença na rua e o envolvimento com a prostituição é uma conseqüência da rejeição da sociedade e, na maioria dos casos, de suas famílias. Mas é também, a causa dessa mesma rejeição, discernimento que fica claro na fala de Rubi: “[...] agente é muito criticada e humilhada por se prostituir. Isso é engraçado, né!? A gente é muito desvalorizada por que a gente vem pra rua. Mas agente vem pra rua porque as pessoas não dão oportunidade pra gente!

A pista é também motivo de desilusão quando o assunto é namoro e casamento. Assim, se a rua representa, por um lado, a possibilidade do encontro e de afeto, pode significar, por outro lado, rejeição e abandono. Nesse sentido, várias foram as passagens em que as travestis relataram, tristes e angustiadas, as dificuldades em se conseguir um namorado ou marido, as brigas, os conflitos e as decepções amorosas, quase todos relacionados à exigência dos mesmos de que aquelas abandonem a rua e a prostituição: “os namorados não aceitam a gente se prostituir. Tanto que eu falo que é meio difícil pra gente ter namorado”, admite Rubi, cujo relato é bastante parecido com o de muitas de suas colegas, como Ludmila Thalia que, quando perguntada sobre se e em que condições mudaria de trabalho, a travesti responde:

Ai, eu acho que eu mudaria sim, porque eu estive com um rapaz e ele não aceitava eu me prostituir. Agente tinha um relacionamento de 5 anos. Agente se separou e ele fala que se separou de mim por causa disso, porque eu não largava o meu trabalho e ele não aceitava eu me prostituir. Minha filha, como eu sofri, mas ele recebia um salário, não dava pra manter nós dois (*Entrevista concedida em junho de 2009*).

Nos discursos das travestis, alusões à rua como “perigosa”, “traíçoera” e “violenta” são bastante comuns, sendo essa percebida como um espaço inseguro onde se vive sob riscos e ameaças constantes. De acordo com Ferreira, a violência “em suas múltiplas possibilidades de expressão”, vislumbrada “tanto em sua forma concreta quanto simbólica” (2005, p. 2) é uma categoria importante para o entendimento da

realidade representada pelo que ele chama de territórios prostitucionais transgêneros, assertiva concordante com a situação observada em nosso trabalho de campo. Assim, a violência figura como um elemento constitutivo do território de prostituição por nós estudado, marcado que está pelas tensões e conflitos internos ao grupo de travestis, entre essas e outras categorias que com elas se relacionam como traficantes e clientes, bem como entre travestis e indivíduos homofóbicos que passam pela Valadareense agredindo-as tanto fisicamente quanto verbalmente.

Assim, as nossas incursões ao território de prostituição da Valadareense trouxeram à tona uma multiplicidade de relatos de violência sofrida pelas travestis, as quais mencionam agressões físicas e verbais, abusos sexuais e extorsões num espaço caracterizado como de cidadania nula. Além dos conflitos e agressões decorrentes das dívidas das travestis com os traficantes que atuam na área, da violência praticada por supostos clientes que, com o pretexto de “fazer um programa” agridem-nas das mais variadas formas, tomamos conhecimento das investidas de passantes que costumam ofendê-las com palavras, arremessar objetos como ovos, garrafas, cascas de coco e pedras pelas janelas dos carros, persegui-las com extintores de incêndio e até mesmo disparar tiros, acontecimentos os quais obrigam as travestis a estarem sempre alertas durante a batalha²¹. A esse respeito, a fala de Rebeca, travesti de 23, é ilustrativa das diversas situações de violência experimentadas pelo grupo:

As pessoas batem na gente, entendeu? Tem uma amiga da gente, hoje ela não tá aqui, ela tem o nariz cortado de facção..., é, aqui é..., em dia de Fun House aqui é bem pior. Tem uns motoqueiros aqui, lá do morro do Carapina, uma favela perigosa daqui, eles descem aqui em mais de 30 motos. Nossa, como eu já tomei capacetada aí encostada nessa arvrinha aqui, essa arvrinha era pequenininha, tinha até uns negocinhos do lado dela aqui. Nesse dia parou mais de 30 motos e começou a bater nas bichas de capacete. É assim, mas a gente tá aqui até hoje, né, a gente releva, releva e resiste... Mas isso é preconceito, né, eles não gostam da gente, apesar que a gente não faz mal pra ninguém, né. Algumas fazem. Algumas não se contentam com o pouco que ganham e querem roubar, mas não são todas, e tipo assim, essas que roubam agente procura deixar distante..., mas é menina, eles fazem essas gracinhas. Eu tenho várias marcas na minha cabeça, corte, entendeu? E a gente tá aqui. Você pode reparar que aqui tá cheio de pau, pedra, garrafa, pra gente já tá preparada, porque eles passam... Outro dia eu tava aqui sentada e um palhaço passou e jogou uma

²¹ Termo que, conforme visto na nota 5, página 22, faz referência à atividade da prostituição e às dificuldades inerentes a mesma.

pedra na minha cabeça, aí eu acordei com aquele monte de bicha em cima de mim. Minha cabeça rachou. Apanhei aqui nessa rua, e essa rua às vezes me dá até arrepio, as coisas que eu já passei aqui... Já fui até atropelada. O cliente passou com o carro em cima de mim. [...] Não foi totalmente um acidente. Eu tava morta de bêbada, xinguei ele_todinho, aí ele voltou e fez isso comigo. Mas isso é uma das pequenas coisas, ainda tem coisas piores que aconteceram comigo. Aconteceu muita coisa aqui comigo já, não só comigo, todas aqui já passaram por isso e até pior (*Entrevista concedida em junho de 2009*).

Antes de finalizar cabe, contudo, uma última observação. Trata-se de ressaltar a “ambigüidade situacional” (FERREIRA, 2005, p.7) que caracteriza o território de prostituição da Valadareense da mesma maneira que àqueles estudados por Ferreira na cidade de Belém, estado do Pará. Com isso, estamos querendo dizer que tal território é, sim, um espaço violento para as travestis, mas são, ainda, violentos por causa das travestis que, devido aos roubos e ofensas morais a moradores e passantes, as disputas territoriais envolvendo travestis “de fora” do território e garotas de programa e, ainda, os conflitos com clientes e traficantes, são responsáveis pelo clima de medo e insegurança que domina as cercanias da Valadareense.

Nesse sentido, os relatos das travestis, bem como as conversas informais realizadas com alguns moradores apontaram os comportamentos descritos acima como os principais motivos pelos quais as travestis são levadas à delegacia, estimulando, ainda, a mobilização dos moradores que, não raro, organizam abaixo-assinados e convocam a imprensa escrita e televisiva com o intuito de suprimir a prostituição e a presença das travestis das proximidades de suas residências. Tais condutas são responsáveis, ainda, pelo fortalecimento de uma ideação homofóbica na população, reforçando ainda mais a rejeição de pessoas marcadas em seu corpo e em sua alma por toda forma de preconceito e discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar o território de prostituição travesti do bairro Vila Bretas, na cidade de Governador Valadares, MG, foi uma experiência bastante enriquecedora. Primeiro porque me permitiu contrapor a uma realidade concreta, observada *in loco*, conceitos estudados por mim em meus quase seis anos de graduação, fazendo-me perceber como as lentes da ciência geográfica e das ciências humanas, em geral, podem contribuir para o meu entendimento e minhas tomadas de posturas diante do mundo. Em segundo lugar, a convivência com as travestis que lá se prostituem, expressa em minhas curtas, mas intensas vivências nas esquinas, nas conversas íntimas e confissões mútuas, bem como nas visitas à casa da cafetina Vanda, onde tive a oportunidade de acompanhar um pouco da rotina das travestis fora da rua, possibilitou-me enxergar com bastante clareza o quanto de humanidade existe nessas pessoas marcadas pelo desprezo e rejeição de uma sociedade que as toma como seres “anormais”, “aberrações”, cuja existência é balizada pela interdição espacial e temporal, conformando aquilo que Macdowell chama de “ditadura da noite”, ao se referir à restrição da vida das travestis ao período noturno e aos territórios de prostituição (2008, p. 6).

A relação com o grupo de travestis da Valadareense permitiu-nos, da mesma maneira que o trabalho de campo de Ornat junto às travestis de Ponta Grossa, Paraná, “construir o argumento de que é justamente a força da interdição socioespacial que possibilita o fortalecimento do território da prostituição travesti, já que este é o único espaço que lhes possibilita reconhecimento social, independentemente de sua valoração moral” (ORNAT, 2008a, p. 49). No caso das travestis por nós estudadas, vimos que o uso e a apropriação do espaço correspondente às imediações da Empresa de Transportes Coletivos Valadareense são responsáveis pela configuração da territorialidade daquele grupo, a qual se estabelece, como discutido no capítulo 3 desse trabalho, em relação a atores externos ao território analisado, dentre eles as garotas de programa, as bichas-boys e as travestis ditas “de fora”. Em nosso texto, procuramos mostrar como as investidas desses atores no território das travestis levam essas últimas a se mobilizarem e defenderem seus interesses, os quais são garantidos por meio do controle do espaço.

A pesquisa de campo por nós realizada revelou que a territorialidade das travestis da Valadareense decorre não apenas da apropriação concreta do espaço por

parte das mesmas, mas relaciona-se à valorização simbólica de seu território, o qual, como visto, representa muito mais que o espaço onde elas desenvolvem a atividade responsável pela geração da renda que garante a sua sobrevivência. Assim, à rua, também referida como pista, avenida, putaria ou baixaria, são atribuídos outros sentidos e significados, ligados aos usos e experiências das travestis em seu lugar de vivência.

Como visto a rua, assim como a prostituição, é um espaço gerador de sociabilidades, um lugar de sobrevivência, mas também de amizades e namoros, de diversão e prazer, além de ser o local onde as travestis se tornam travestis através da observação e incorporação de técnicas de comportamentos e de construção do próprio corpo. Entretanto, à rua são atribuídas também conotações negativas, vista, da mesma forma que a prostituição, como uma falta de opção, um triste destino traçado pelo preconceito e discriminação de uma sociedade que “não dá outro trabalho pra gente”, conforme sintetiza Ludmila Thalia, citada várias vezes nessa monografia.

Vítimas da violência, ao mesmo tempo em que causadoras dela, as travestis percebem a rua como “perigosa”, “traíçoeira” e “violenta”. Entretanto, apesar de representar insegurança e ameaça, a noite e o território por elas significados e valorizados, são lugares onde as travestis encontram a possibilidade de uma vida mais viável, protegidas, mas não tanto, dos olhares intimidadores e depreciadores que marcam muitos daqueles que se julgam guiados pelos padrões de normalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGGIO, Ulysses da Cunha. **A luminosidade do lugar** – circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza. Disponível em <http://www.teses.usp.br/>. Acesso em: 8 set. 2009.

CAMPOS, Heleniza Ávila. **Permanências e mudanças no quadro de requalificação espacial das cidades brasileiras**: o caso das territorialidades do sexo na área central de Recife. *Território*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 25-43, jul./dez., 2000. Disponível em: ftp://146.164.23.131/terr/N_09/v_9_campos.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (orgs). **Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas, SP: Papirus, 2000. pp. 9 - 39.

DAMIANI, Amélia. Geografia política e novas territorialidades. In. PONTUSCHKA, Nídia; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (orgs.) **Geografia em perspectiva**. São Paulo: contexto, 2002. p. 17-26

HAESBAERT, Rogério. **Des – territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (orgs). **Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas, SP: Papirus, 2000. pp. 41 - 63.

FERREIRA, Rubens da Silva. **Travestis em perigo ou o perigo das travestis?** Notas sobre a insegurança nos territórios prostitucionais dos transtêneros em Belém (PA). *Enfoques*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p 1-19, jul. 2003. Disponível em: http://www.enfoques.ifcs.ufrrj.br/julho03/pdfs/julho2003_03.pdf Acesso em: 12 mar. 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Território*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 78-83, jul./dez., 1997. Disponível em: ftp://146.164.23.131/terr/N_03/03_6_holzer.pdf> Acesso em: 15 jun. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Governador Valadares**: contagem da população 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 12 maio. 2008.

KASHIWAGI, Helena Midori; KOZEL, Salette. O processo de percepção dos espaços marginalizados no urbano: o caso da favela do Parolin em Curitiba (PR). **Ra’e ga – O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, n. 9, p. 69-82, 2005. Disponível em:

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/3448/2725>>. Acesso em: 2 jun. 2008.

MARTES, Ana Cristina Braga; SOARES, Weber. Remessas de recursos dos imigrantes. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 57, p. 41-54, maio/ag. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a04v2057.pdf>>. Acesso em: 14, maio 2008.

MACDOWELL, Pedro de Lemos. **Geografia do gênero**: do (não) lugar de travestis e outros abjetos na cidade. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1467.pdf>. Acesso em 20, out 2009.

MOTA, Karine Alves Gonçalves. **Intervenção do Estado como agente regulador e fiscalizador da atividade econômica**: prostituição. Disponível em: <<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/51a0b60d1dfe0a675ba1f104512bdbfb.pdf>>. Acesso em set, 2009.

NITSCHKE, Leticia Bartoszeck; KOZEL, Salette. Reflexões sobre uma abordagem fenomenológica do espaço vivido por famílias rurais relacionados à atividade turística. **Geografar -Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Geografia – UFPR**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 52-61, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/viewFile/6842/4858>>. Acesso em: 22 maio 2008.

ORNAT, Marcio José. **Território e prostituição travesti**: uma proposta de discussão. Terr@ Plural, Vol.2, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=tp&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=17>>. Acesso em 12 jun 2009

ORNAT, Marcio José. Território e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – PR. Disponível em: < http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_arquivos/5/TDE-2008-02-14T084249Z-102/Publico/Marcio%20Ornat.pdf>. Acesso em: 20 ago 2009.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. Cad. Pagu, Campinas, n. 25, jul./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332005000200009&script=sci_arttext&tIng=ES. Acesso em: 15 abril 2008.

PELÚCIO, Larissa. Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids. Disponível em: <http://www10.prefeitura.sp.gov.br/dst aids/novo_site/images/fotos/Larissa%20Pelucio.pdf>. Acesso em: 23 fev 2009.

RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. Atividades Terciárias e Prostituição na Área Central Carioca: os exemplos dos logradouros Passos, Mem de Sá e Graça Aranha. In:

SIMPURB, 10., 2007, Florianópolis. **X SIMPURB - Trajetórias da Geografia Urbana no Brasil: tradições e perspectivas.** Florianópolis : UFSC, 2007. v. 1, p. 1-20.

RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos; MATTOS, Rogério Botelho. Territórios da prostituição nos espaços públicos na área central do Rio de Janeiro. **Território**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 59-76, jul./dez., 1996. Disponível em: <ftp://146.164.23.131/terr/N_01/01_6_ribeiro_%20mattos.pdf> Acesso em: 27 abr. 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77 -116.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: DIFEL, 1993.

ANEXO 1 – Roteiro de entrevista

- 1) Quantos anos você tem?
- 2) Há quanto tempo você trabalha como profissional do sexo?
- 3) Antes de trabalhar como profissional do sexo, você teve outra profissão?
- 4) Há quanto tempo você trabalha aqui nessa área?
- 5) Existe alguma divisão interna nessa área em termos do tipo de profissional do sexo, ou seja, existe uma área específica para travestis e outra para garotas de programa, ou vocês trabalham juntas numa mesma área?
 - 5.1) Por que sim ou por que não?
- 6) Para começar a trabalhar aqui tem que ter permissão de alguém?

Se a resposta for sim,

 - 6.1) De quem?
 - 6.2) Como essa pessoa ou grupo faz para controlar a entrada de outras pessoas aqui na área?
 - 6.3) Quais critérios a pessoa deve atender para que ela possa vir trabalhar aqui, ou seja, que características ela deve possuir?
- 7) Conte como foi sua chegada aqui na área; como você teve que proceder?
- 8) Quem domina mais a área, travestis ou garotas de programa?
 - 8.1) por quê?
- 9) Você observa se dentre as travestis existe um grupo que controla mais essa área?
 - 9.1) Qual e por quê?
- 10) Como é a relação de vocês com os moradores daqui do bairro?
- 11) Como é relação de vocês com as pessoas que trabalham aqui no bairro?
- 12) Por que você veio trabalhar na rua?

- 13) O que você encontrou na rua era o que você esperava que fosse encontrar?
- 14) Quais dificuldades você encontrou quando começou a trabalhar na rua?
- 15) E hoje, as dificuldades são as mesmas?
- 16) Você mudaria de trabalho?
- 17) Por quê?
- 18) As suas colegas vieram para a rua por motivos parecidos ou diferentes dos seus?
- 19) Se diferentes, quais?
- 20) Como é a rotina/vida de uma profissional do sexo aqui na rua?
- 21) O que você acha que é melhor para uma profissional do sexo, trabalhar na rua ou em uma casa que oferece esse tipo de serviço?
- 22) Conte alguma experiência marcante que você viveu aqui na área onde você trabalha.